

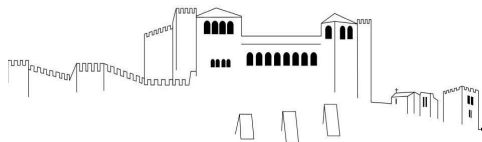
ATA N.º 3/2023

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
31 DE MARÇO DE 2023**

Aos trinta e um dias de março de dois mil e vinte e três, no teatro Miguel Franco, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel Oliveira Vieira
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. António Lacerda Sales;
7. Artur Rogério de Jesus Santos
8. Carlos Alberto Garcia Poço;
9. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
10. Céline Moreira Gaspar;
11. Cristiana Duarte Pinto;
12. Dário Seguro Joaquim;
13. Eugénia Maria de Jesus Costa;
14. Fábio Micael Costa Bernardino;
15. Helena Cristina da Fonseca Brites;
16. Hugo Miguel Heleno Morgado;
17. Joana Maria de Brito Cartaxo;
18. João Paulo Lavos de Moraes;
19. José Artur das Neves Ferreira;
20. José Carlos Matias;
21. José da Silva Alves
22. José Manuel da Cunha;
23. Júlio Paulo Videira de Jesus;
24. Luís Manuel Coelho Prata;
25. Luís Paulo Pereira Fernandes;
26. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;



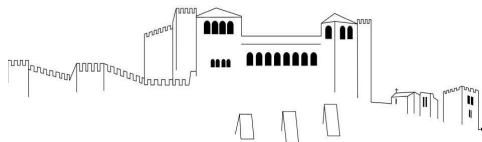
27. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
28. Mário João Ley Garcia;
29. Mário Rodrigues;
30. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
31. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
32. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
33. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
34. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
35. Paulo Pedrosa Pedro;
36. Pedro António Amado da Assunção;
37. Raul Testa Fortunato Faustino;
38. Renato José dos Santos Cruz;
39. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
40. Sofia da Silva Francisco;
41. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
42. Telmo Filipe Moreira Marques;
43. Tiago António Leal Duarte;
44. Tiago Miguel Gago dos Santos;
45. Vítor Manuel Casimiro Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos.

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Fernando Paulo Mateus Elias, substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira, substituído por Maria Manuela Lourenço da Gama Franco Pereira;
- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá, substituída por Olga Sofia Gomes Marques;



- Mário de Sousa Gomes, substituído por Vânia Patrícia de Sousa;
 - Tiago Manuel Pereira dos Santos, substituído por Luísa Alexandra Jordão da Fonte;
- Faltou a senhora deputada Telma Carreira Curado.

A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, **pelo 1º Secretário da Mesa**, José da Silva Alves e pela **2ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra.

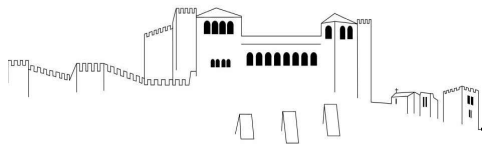
Havendo “quórum”, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h07** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Leiria** – Apreciação, discussão e votação;
- 2. Interesse Público Municipal:**
 - 2.1. Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico Municipal**
– Apreciação, discussão e votação;
 - 2.2. Processo GE/2023/30 - Henrique Costa & Filhos, Lda.** - Apreciação, discussão e votação;
- 3. Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA) Leiria** – Apreciação, discussão e votação;
- 4. Relatório anual de atividades 2022 da CPCJ de Leiria de acordo com o estipulado na alínea h) do nº 2 do art.º 18º da LPCJP** - Para conhecimento;
- 5. Aprovação do saldo de gerência de 2022 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2023, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2022** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. Isenção taxas Feira Levante de Leiria - abril e maio 2023** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2023** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes à Freguesia Caranguejeira** - Apreciação, discussão e votação.

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Muito boa noite, senhoras e senhores deputados, também muito boa noite a todos aqueles que se encontram à distância e nos seguem à distância e também aos órgãos de comunicação social que se encontram presentes. Vamos então iniciar os nossos trabalhos



antes, porém, eu queria deixar aqui uma informação, como com certeza repararam existem uns recipientes do lado direito e do lado esquerdo, são os recipientes reutilizáveis, como já perceberam, é a água distribuída pelo SMAS de Leiria, tem uma qualidade de 99,8%, por conseguinte uma qualidade de segurança e, no fundo, este, esta ação é uma ação que incentiva ao consumo de água da torneira num recipiente reutilizável que deverão trazer das próximas vezes, cada um dos senhores deputados e das senhoras deputadas terá um destes recipientes que, ou estes ou outros, que terão, que deverão trazer nas próximas reuniões, nas próximas Assembleias e que podem sempre reencher num recipiente, num dispensador que se encontra na parte traseira junto aos camarins e que é um dispensador que está certificado pelo Laboratório Nacional, pelo INSA, pelo Doutor Ricardo Jorge, que é um dispensador com, enfim, que estes 0,2% de qualidade que é colmatada pelos raios ultravioletas do dispensador é uma tecnologia que desinfeta quer o recipiente quer a água e, portanto, diria que a água tem 100% de segurança e, portanto, era esta a informação que queria dar, podem depois retirar cada um dos, dos recipientes que se encontram nas, nas laterais.

Também queria dar esta informação, ainda antes da chamada, que há pouco me fizeram chegar, uma dúvida relativamente ao 25 de Abril. A entidade convidada pela Assembleia e pelo Executivo em conjunto para o 25 de Abril é o Doutor Alberto Costa e cada, cada um dos partidos terá uma intervenção de 5 minutos, 5 minutos e, portanto, ficam também já com esta intervenção, com esta informação para, referente ao 25 de Abril. Penso que não tenho outras informações e pedia à 2ª Secretária Célia para fazer a chamada.”

A senhora **2ª Secretária** efetuou a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos.

Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por dar a palavra ao munícipe Dinis Filipe Silva Francisco.

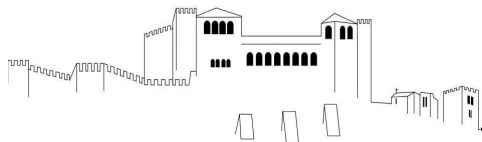
Intervenção do munícipe Dinis Filipe Silva Francisco

Transcrição:

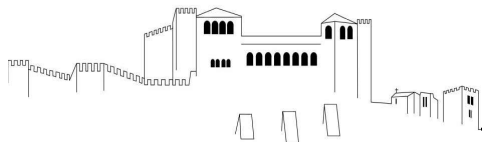
"Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria permita-me nesta minha 1ª intervenção, quer na qualidade de munícipe, quer enquanto presidente da Comissão Política Concelhia do CDS de Leiria nesta assembleia, que o cumprimente assim como na sua pessoa todos os restantes deputados municipais, todo o Executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes, público aqui presente, bem com todos os munícipes que nos seguem digitalmente em casa.

Permitam-me que comece pelo tema estatuto do direito da oposição, Lei nº 24/98, de 26 de maio, considerando este estatuto que, em princípio, estou em crer ser do total



conhecimento quer do senhor Presidente da Assembleia, quer do Executivo, conforme previsto no seu art.º 3 "titularidade", no número 1 diz-nos: "...são titulares do direito de oposição os partidos políticos...", no seu art.º 4 "direito à informação", no nº 1 diz-nos: "os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regularmente, assim, em conformidade com os referidos estatutos permitem um dado que a concelhia do CDS sido eleita no último trimestre do ano passado pese embora a termos vindo a apresentar os nossos cumprimentos **(Presidente da Assembleia Municipal (PAM) – Há alguma coisa a aclarar?) (gravação impercetível)** estou mesmo a terminar senhor Presidente **(PAM – inscreveu-se como munícipe, (gravação impercetível) eu, eu agradecia ao senhor Francisco Dinis, agradecia que tentasse)** estou a terminar esta parte, senhor Presidente **(os seus 5 minutos que tentasse despolitizar e apresentasse, de facto, aquilo que de facto vem apresentar, nomeadamente relativamente ao ambiente porque foi isso que nos disse que ia apresentar)** permita-me só terminar esta fase, então termos vindo apresentar os nossos cumprimentos ao senhor Presidente da Câmara, o facto é que até à presente data, salvo o devido respeito e melhor opinião, o dito estatuto não tem sido cumprido por parte do município, obviamente que o CDS pretende e deseja ter com o município a melhor **(PAM - senhor Francisco Dinis, eu vou ter que lhe retirar a palavra se eventualmente não ultrapassar esta dialética)** então passando agora sim à temática ambiente que me trouxe aqui referente ao levantamento dos fregueses da União de Freguesias de Marrazes e Barosa, assim como de alguns municípios do concelho relativo ao pedido de atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de areias siliciosas e caulinos. Ora, salvo o devido respeito, ficámos apreensivos quanto aos meios operandos e princípios utilizados serem na sua maioria sempre os mesmos senão vejamos, 1º, conforme podemos constatar aprova-se condicionado em reunião do executivo o pedido de atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de areias siliciosas e caulinos ora, se o Executivo ao aprovar o respetivo pedido de exploração, salvo melhor opinião, não está logo a criar expectativas aos interessados pela respetiva exploração?, Para além de mais uma vez, salvo o devido respeito, ter mostrado uma ligeira falta de sensibilidade para o impacto negativo que todas, que toda esta envolve entre outras iria trazer para as populações quer a nível de saúde, impacto ambiental e paisagístico, social económico, entre outros, pois, face ao exposto, temos que mostrar a nossa indignação porque se não fosse a meia dúzia de dias de discussão pública o levantamento das populações desta União de Freguesias **(PAM - senhor Francisco Dinis, peço para parar um pouco para ver se conseguimos ter condições para, o senhor, o CDS, como sabe, está representado nesta Assembleia.**



O senhor utilizou a figura regimental da inscrição do munícipe para vir falar em nome do CDS. Como sabe, não, não o pode nem o deve fazer. Ainda por cima tendo informado a respetiva Mesa que vinha fazer uma dissertação sobre uma questão que tinha a ver com o ambiente e utilizou o seu tempo precisamente numa situação que não foi, que não foi essa, não foi isso que tinha previamente informado a Mesa e, portanto, eu agradeço-lhe que sempre que se dirigir à Assembleia se dirija enquanto munícipe e não em termos plurais porque tem uma representação dentro da Assembleia, do CDS, portanto tem de ser individualmente, como é óbvio, como munícipe).

Aproveito aqui para interrogar o executivo pelos meios operandos, nomeadamente, caso, ao caso dos painéis fotovoltaicos e outras explorações, nomeadamente na Caranguejeira, Serra do Branco, Monte Redondo entre outras em que nunca se sabe de nada e depois vimos a verificar que os assuntos tiveram informação muito atempadamente. Assim, permita-me que apele aqui ao senhor Presidente do Município que tenha em consideração o maior respeito pelos munícipes do concelho de Leiria pois como Presidente eleito democraticamente, mesmo com a sua maioria, tem o dever e a obrigação de defender com coerência, dignidade e respeito as suas populações quanto ao ambiente, ao desenvolvimento social e económico. Obrigado."

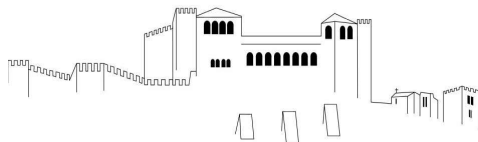
Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado.

Pronto, eu espero que, de facto, este incidente, este episódio não se volte a repetir porque, de facto, a Mesa não estava informada desta situação, a inscrição do munícipe, a lei não exclui a possibilidade de nas sessões extraordinárias poderem inscrever-se munícipes, não havia esta informação, portanto, espero que este incidente não se volte a repetir.

Vamos dar a palavra a alguns senhores deputados, também espero por parte dos senhores deputados que se eventualmente tiverem algo a dizer, o digam relativamente ao assunto que foi abordado. Não havendo ninguém que se queira referir a este assunto iniciávamos o período da ordem, o período da ordem do dia. Queria começar por comunicar que o ponto "Transferência de competências para o município de Leiria, prorrogação do prazo de transferências de competências no domínio da ação social", que era um ponto que esteve agendado na última na última Assembleia, na sessão anterior, foi retirado entretanto da ordem de trabalhos a pedido do executivo, a pedido da Câmara Municipal uma vez que o prazo de resposta tinha terminado em fevereiro, portanto, a Assembleia retirou, a Mesa retirou a pedido do Executivo esse ponto da ordem do dia e também esclarecer, aproveito para esclarecer que no Ponto 2 foram incluídos 2 pontos 2.1 e 2.2 referentes a pedidos de



interesse público municipal, um que tinha transitado da sessão anterior, que é o ponto 2.1, e o outro que foi agendado para esta sessão que foi o ponto, que é o ponto 2.2. Assim sendo, entramos no Ponto nº 1 da ordem do dia, Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Leiria, apreciação, discussão e votação, senhor Presidente da Câmara.”

***** PERÍODO DA ORDEM DO DIA *****

Ponto 1 - Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Leiria –
Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

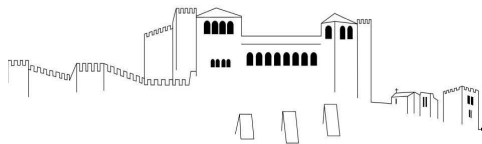
“Muito boa noite a todos, cumprimento a Mesa da Assembleia em especial a pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento também os diferentes membros da Assembleia, o público presente e as pessoas que assistem em casa. Portanto, o Ponto nº 1 é o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Leiria, é um regulamento que foi preparado em articulação também com as diversas forças políticas e que vem, no fundo, acrescentar e melhorar aquilo que é esta ferramenta de participação pública. Nós já temos várias edições deste, desta iniciativa onde afetamos uma percentagem do nosso orçamento a esta, a esta, a este tipo de participação, quer seja na vertente de investimento, quer na vertente imaterial onde atribuímos também uma importância importante à promoção e à apresentação dos projetos pelos próprios promotores, portanto, pela, apelando assim à cidadania e este regulamento, no fundo, vem agora melhorar aquilo que são as características deste, deste programa de modo a que muitas das dificuldades que foram reconhecidas ao longo desta experiência como tem a ver com a legitimidade dos terrenos, a questão do projeto, de fazer os projetos de obras, depois a dificuldade que há também em concretizar muitas das ideias que aparecem veio, no fundo, tornar mais claro esta ferramenta de participação. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **47 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP) e **3 abstenções** (1-CHEGA, 1-PCP, 1-IL) o **Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Leiria.**

Ponto 2 - Interesse Público Municipal:

Ponto 2.1. - Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico Municipal - Apreciação, discussão e votação;



O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos para efetuar a apresentação do ponto.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento a Mesa da Assembleia na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes aqui e lá em casa.

Este ponto trata-se de um pedido de reconhecimento de interesse público de uma unidade já instalada na União de Freguesias de Colmeias e Memória, mais propriamente no Barracão, edifício já com licença de utilização, trata-se de uma empresa de produção de artigos plásticos à semelhança de outras empresas também esta empresa se adaptou no âmbito do covid produzindo novos, novos, novos artigos, nomeadamente máscaras de proteção, portanto, trata-se de um edifício existente com licença de utilização. O que está aqui em causa é que fruto do seu investimento, fruto da instalação de nova, de novas máquinas há uma necessidade de alterar o uso de serviços para indústria. O que está aqui em causa é afastamentos à extrema do edifício, a partir do momento em que se trata do edifício industrial teria que garantir um afastamento de 8 metros, portanto, não há aqui nenhum agravamento, não há, não há ampliações, não há, portanto, acrescentos deste edifício, portanto, em termos de impacto urbanístico é praticamente nulo. Muito obrigado."

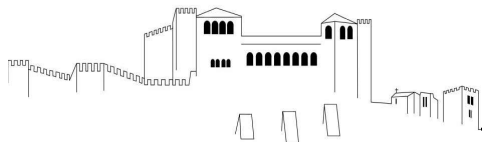
Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo (PCP)

Transcrição:

"Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimentar restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, muito boa noite, na sua pessoa cumprimentar todos os senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes de junta, comunicação social, público aqui presente, público aqui presente e em casa.

Só um aparte, aquilo que assistimos nesta intervenção anteriores foi, de facto, bastante, enfim, inqualificável aquilo que aconteceu e lamentamos profundamente o facto de o senhor ter, enfim, ter usado o nome do seu partido para fazer aqui uma intervenção dita de município.

Relativamente aqui a este ponto 2.1, portanto, como tem vindo sendo prática este processo iniciou-se com um pedido de um interessado que em nenhum momento é identificado na documentação que nos foi entregue para análise dos membros da Assembleia salvo no ofício da Junta da União de Freguesias de Colmeias e Memória que a muito custo conseguimos perceber. Do processo a que tivemos acesso não consta o requerimento dos interessados, não há informação técnica dos serviços seja do



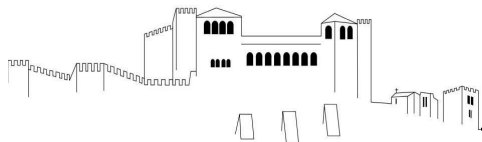
planeamento, do urbanismo, do trânsito, do ambiente ou da economia. Presume-se que os serviços nem sequer analisaram, pelo menos não se terão pronunciado neste processo, parece que se pretende a mudança de uso, portanto, da atividade a desenvolver nas instalações, mas não sabemos que atividade é ou que foi desenvolvida nem que atividade se pretende ou se já é, como se diz ser o caso, desenvolvida. Não somos informados de eventuais impactos ambientais de transportes ou económicos. É a partir da identificação do requerente pela Junta da União de Freguesias que, porque queremos conhecer as coisas para intervir esclarecidamente, fazemos, fizemos uma pesquisa para termos mais informação. A forma como a Câmara trata a Assembleia e os seus membros é inqualificável, só possível porque há uma ampla maioria, a crítica que aceita esta afronta. Estamos mais uma vez pela falta de interesse do PS em resolver o problema das áreas de localização empresarial a banalizar e usar abusivamente o instituto de interesse público estratégico, nomeadamente face ao disposto no artigo 46º do PDM de Leiria, na versão atual, apesar do que deixamos exposto face à investigação que nós fizemos e levando em linha de conta que já havia uma unidade económica fisicamente instalada e consolidada vamos votar a favor. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Manuela Pereira – BE

Transcrição:

"Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa respetivos vereadores, senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os meus colegas deputados, comunicação social, todos os presentes e também todos os que nos acompanham de casa.

Ora, a posição do Bloco de Esquerda sobre estes pedidos de interesse municipal já é conhecida e a nossa declaração e este também já é conhecido penso que por muita gente, mas de qualquer das maneiras, nós vamos continuar a repeti-lo até que seja necessário. É bem conhecida a posição do Bloco de Esquerda relativa à atribuição de interesse estratégico municipal a empresas que se servem desta exceção legal prevista no PDM para legalizar as suas atividades em zonas que o solo não o permite. Contudo, se nos últimos anos esta exceção serviu para a realização das pequenas obras a realizar por empresas, já que se encontravam instaladas em zonas de construção proibidas, nestas últimas assembleias assistimos a uma mudança de paradigma preocupante e que tem que ser denunciada é que, pasme-se, a câmara passou a permitir a localização de atividades económicas através do PDM. Já não falamos aqui, aqui já não se fala de construção, razão de ser aprovada um quadro matriz aplicável aos artigos 47 do PDM (?), não falamos em atribuir o interesse público estratégico a pequenas obras de ampliação de imóveis para alojamento local como já aconteceu. O que agora estamos a



fazer é a legalizar alvarás de autorização para tipos industriais e isso é um uso abusivo e irresponsável da exceção prevista no PDM. Nada nos move contra estas empresas, mas esta permissividade da câmara que olha para o lado enquanto se viola de forma reiterada o nosso PDM merece-nos, será sempre a nossa censura e voto contra. Muito obrigado.”

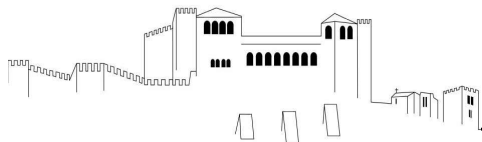
Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Pereira de melo, PPD-PSD.

Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes, quer virtualmente, quer realmente.

Este ponto, este ponto que era o ponto 10 anterior, portanto, Declaração de reconhecimento de interesse público estratégico municipal para a legalização de alteração de uso de identificação, de edificação. Sucede que eu li os documentos apresentados e não conseguia concluir o que é que a firma fazia. Entretanto, ao vir de Aveiro para aqui passei no Barracão para visitar o que eu considero a melhor loja de leitão para se comer leitão no Barracão, portanto, temos uma coisa positiva fortemente no Barracão, já há muitos anos que eu visito. Mas, no final, procurei por esta firma pelos empregados, ninguém conhecia a firma. Peguei no GPS e fui lá, fui e encontrei um edifício muito grande, com uma firma que é de artes, do lado direito, e do lado esquerdo encontrei um barracão e uma firma pequenina na ponta desse barracão cujo nome lá estava escrito que é Wevinco. Ora, então procurei aprofundar a situação. Lendo os documentos verifica-se que há um requerimento com argumentos a favor de que a empresa apresenta, que pretende contratar 10 trabalhadores, para já 6 e mais tarde 16. Não há obras a realizar, logo não há encargos para a autarquia, os equipamentos a utilizar na nova produção já estão no local e são de grande dimensão, não deslocáveis. Consegui concluir que era realmente uma máquina de injeção de plásticos que estava lá na ponta do barracão, nem dentro do barracão grande está, está no barracão mais pequeno e tem lá um equipamento de ventilação e tal para a máquina, portanto, e além disso dizia que o edifício já está licenciado e pretende colocar painéis fotovoltaicos. Depois apresenta uma tabela em que propõe ir até 20 postos de trabalho, não há encargos para a autarquia e vai somando os 70 pontos em que alguns pontos são 0, 0 e 0, os que seriam mais do interesse estratégico. Análise da situação atual da firma Guida e Nuno Dionísio Unipessoal, Limitada, possui um capital social de 10 mil euros e foi constituída no dia 14/10/2017 e exerce atividade de mecânica geral, comercializa a marca Wevinco, ah o Wevinco está cá fora, realmente não é a firma que tem cá fora, não é a Guida e Nuno Dionísio Unipessoal, é a Wevinco. A Wevinco tem um site que está

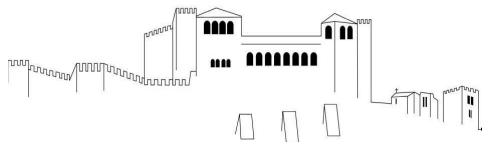


em manutenção e não há qualquer informação nos sites, possui 3 funcionários neste momento, é uma microempresa. O CEO é o senhor Marco Sousa Dionísio, Eng.º Mecânico, depois tem um operário fabril, o senhor Ângelo Pereira, que é especialista em PHC e tem o controlo de qualidade a senhora Sónia Quintal e uma Engª de Gestão, tem o CAE 25620 e o último balanço disponível da firma é de 2021, não há mais balanços disponíveis. Mostra, portanto, 3 funcionários na firma que, nos documentos que aparecem na internet, tem entre 11 e 50, mas, neste momento, só tem 3. O volume de negócios de 367.467 euros há 2 anos porque, neste momento, aquilo está em queda, a firma foi conhecida por produzir óculos de proteção na máquina de injetar, a 1ª parte dessa proteção foi suposto que importada da China depois de vir a máquina e esta máquina que veio com fundos europeus, que está realmente lá instalada, eu não a vi, vi só assim por cá por fora. Em 2020 iniciou a produção de produtos próprios, óculos plásticos para proteção contra a pandemia embora na internet venha dizer que são óculos plásticos de proteção para crianças e que é vendido a uma firma que vende coisas para crianças, isso é o que está na internet, mas as coisas não batem. O seu volume de negócios atingiu o pico em 2020 e depois caiu em 2021 e o número de empregados caiu para 50%, teve 6 empregados caiu para 3 e desses 3 um é o CEO, que é o Marco Sousa, é um operário fabril e o controlo de qualidade e mais, eles não estão lá, estão na Marinha Grande, estão sediados na Marinha Grande. Perante este panorama julgamos que não se trata de um empreendimento de carácter estratégico com importante impacto territorial, económico e social porque não vejo interesse público para o concelho, terá, contudo, grande interesse para o PS pois o senhor Eng.º Marco Dionísio foi o seu candidato à Junta de Freguesia da Bidoeira, talvez por aí venha um grande interesse para o PS. Portanto, acho que uma firma que tem 3 empregados, tem uma máquina de injetar lá concluída, que tem uma atividade que não se encontra na internet em parte nenhuma, parou, cessou com os óculos e não vejo nada, está continuamente a ver-se na internet fechada, abre segunda-feira, fechada, abre segunda-feira, não sei onde está o interesse estratégico dessa situação. Efetivamente a máquina é pesada e tirá-la de lá é capaz de ser difícil, mas acho que por este, por este sistema, por este princípio não estou a ver que nós estejamos a dar interesse estratégico, é possível. Eu encontrei mais interesse estratégico no leitão do que nisto e tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentar na sua pessoa todos os presentes, um cumprimento muito especial para todos os munícipes que nos assistem a partir das redes sociais.



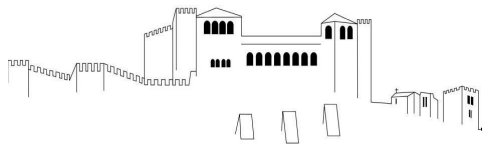
Senhor Presidente, se me permitir a minha intervenção será inclusive sobre os 2 pontos, o 2.1 e o 2.2, uma vez que parece-me que as temáticas se atravessam apesar de os casos serem diferentes a propósito da declaração de reconhecimento de interesse estratégico municipal. Parece-me claramente que isto é um velho problema, caro senhor Presidente de Câmara, empurrado para debaixo do tapete. Esta questão que tem vindo, estas questões, aliás, que têm vindo recorrentemente a sede de Assembleia Municipal trazida aos deputados municipais para aprovação eventual destes interesses estratégicos parecem claramente e em grande medida abusivos daquilo que a lei eventualmente prevê, faz lembrar inclusive um outro ponto que me recordo assim muito rapidamente, discutido há bem pouco tempo nesta Assembleia Municipal a propósito também de um interesse na freguesia da Maceira, também de uma pequena indústria para uma expansão e para a construção de salvo erro um outro pavilhão, portanto, uma indústria muito específica que era de interesse municipal. De alguma forma, faz-me lembrar também isso e este é um reflexo daquilo que, que temos. Vamos tendo iniciativas pontuais, vamos tendo iniciativas específicas, justifica-se este interesse municipal pelas especificidades das suas atividades, mas aquilo que vemos, no fim de contas, é a ausência de um plano global de crescimento para a nossa indústria e isso nós sabemos daquilo que têm sido as práticas ao nível da gestão dos parques industriais e será de facilmente perceção. Isto para dizer que, e recordando inclusive aquela que foi a minha intervenção na altura a propósito do ponto da Maceira, que irei-me abster nos 2 pontos, uma vez que, apesar de as empresas poderem de alguma forma cumprir aquilo que são os pressupostos para a declaração de reconhecimento de interesse público, neste caso estratégico municipal, estou em crer que estarão claramente a fazer um uso abusivo e mais uma vez estaremos a abrir portas como no passado e eventuais precedentes. Disse. "

Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeias e Memória – Artur Santos

Transcrição:

"Boa noite, Artur Santos, Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória e se me permite senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e inclusive quem nos acompanha lá em casa.

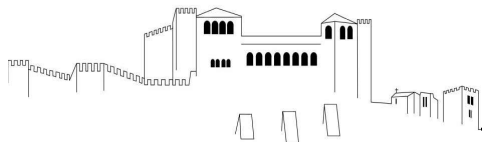
Sobre este ponto, onde se pretende que seja votada uma declaração de interesse público estratégico municipal para que possa ser possível a aprovação dos projetos em estudo para a área em referência, a Junta da União de Freguesias de Colmeias e Memória já emitiu um parecer totalmente favorável no entender que a indústria que se pretende ali instalar significa uma maior valia não só económica para a região e para o concelho, mas também ambiental e estrutural com a recuperação de uma área e infraestrutura



infra estruturada que se encontrava totalmente em ruínas, onde a anterior atividade era afeta à indústria de argilas, tendo a empresa ex-proprietária do espaço falido. A área em referência, conforme plenamente, desculpe, a área em referência comporta plenamente o tipo de indústria que ali se pretende instalar com a população local a sair claramente beneficiada em relação à de outrora ali existente, tendo em consideração enorme poluição ambiental e sonora provocada pela atividade anterior. Em simultâneo recuperam-se algumas infraestruturas do local que se encontravam abandonadas em total degradação. Obviamente que isto foi algo que eu escrevi antes de ouvir aqui algumas intervenções de alguns deputados. Eu conheci aquela área em 2009, mais do que ninguém, e sei o que é que aquela população passou com aquilo que era a anterior indústria que existia no local. O senhor deputado Pereira de Melo se calhar ligou mais ao leitão que, de facto, se falar no leitão da Boa Vista, o leitão da minha freguesia é extremamente saboroso, mas não reparou inclusivamente naquilo que era um passeio que existe confinante, aliás, nessa mesma rua confinante com estes edifícios, em que esse passeio tem inclusive uns ferros para evitar que os camiões subissem para cima do passeio e que estão completamente vergados, uma grande parte deles. Obviamente que as indústrias ou as empresas fazem-se num caminho, caminhando e o que estes sócios fizeram foi adquirir uma empresa, aliás, adquirir uma máquina que têm no local e que se espera inclusive colocar essa máquina a funcionar de uma forma legal e aquilo que disse, e bem, é uma máquina para fazer óculos de proteção. Obviamente vão ter que fazer um trabalho para conseguir colocar no mercado essa produção que irão fazer e que, como diz, a perspetiva se tudo correr bem, porque ninguém consegue ter a certeza que o negócio dele será digamos um sucesso, tem que trabalhar para que ele possa ser, não é? Como todos nós, temos que trabalhar, não é? Não podemos estar à espera que os outros façam por nós e aquilo que eu espero inclusive que estes senhores, sócios desta empresa, o possam vir a fazer e, por isso, portanto, e face à realidade apresentada apelo a todos os deputados e deputadas desta Assembleia e aos caros e caras colegas Presidentes de Junta que votem favoravelmente este ponto e que ajudem, de facto, a eliminar aquela pequena parcela que ali está, que há cerca de 10 anos atrás, 10, 15 anos era pura e simplesmente lixo e que, infelizmente, ainda temos lá uma grande área que ainda se encontra afeta à empresa que explorava as argilas e que espero que venha a surgir para ali um bom projeto, uma indústria similar a este para podermos eliminar de uma vez por todas a parte de indústria afeta às argilas naquele espaço. Obrigado.”

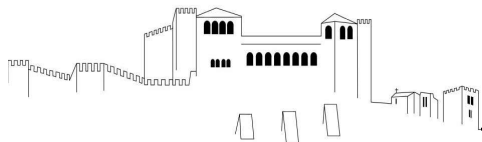
Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:



Boa noite. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes e os que nos acompanham lá em casa.

Ora, eu pedi para intervir após a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, Artur Santos, precisamente porque acho importante quem de direito e o representante eleito dos principais interessados vir aqui apresentar e justificar, se for o caso, as suas razões e então sim aí pronunciar-me e tecer as minhas considerações. Aliás, quero mesmo agradecer e aplaudir a iniciativa porque considero importantíssimo que nestas questões que dizem diretamente respeito às freguesias virem aqui os Presidentes de Freguesia defenderem os seus pontos de vista, defenderem aquilo que vem aqui à apreciação e a votação, muitos parabéns por isso. Quanto à questão do leitão concordamos em discordar, ficamos por aqui. Quanto, quanto à questão da declaração do reconhecimento de interesse público estratégico, eu quero começar por dizer que a meu ver e reconhecendo que possa ser uma visão demasiado redutora uma empresa que fosse, com site ou sem site ou com site em construção, com um trabalhador, 2 trabalhadores, 3 trabalhadores já seria só por si interesse público estratégico para o município. Um município não se pode dar ao luxo de obstar o desenvolvimento destas empresas, devemos acolher e devemos aproveitar e promover este desenvolvimento, mas disto isto, dito isto já é difícil haver uma sessão desta Assembleia sem um ponto desta natureza, por isso, no fundo, já tudo e de tudo foi dito, inclusive, eu próprio já tive oportunidade de me pronunciar várias vezes e não me irei repetir e, por um lado, isto é bom sinal, é sinal de que apesar de tudo temos um tecido empresarial resiliente e dinâmico com empresas a crescerem e a evoluírem e isto é positivo. Ao contrário talvez de outros partidos entendemos que a iniciativa privada é de louvar porque é desta também que depende o orçamento municipal e as políticas públicas que se querem prosseguir, mas dito isto por outro lado, tantas vezes que já trouxemos aqui estas declarações de reconhecimento de interesse público estratégico municipal significa também que temos um PDM que entre outros variadíssimos defeitos está desajustado da realidade do território de Leiria e que, portanto, somos ou vamos sendo sucessivamente obrigados a recorrer a este expediente de exceção, ou não assim tanto excepcional, que no fundo mais não é do que um remendo, um remendo que vai sendo usado para colmatar aqui, ali e aqui as falhas do, do PDM. Sem existirem respostas estruturais e de fundo e uma estratégia que permita acolher a dinâmica do tecido empresarial de Leiria para promover e facilitar a implantação destas empresas e indústrias em locais próprios pensados para o efeito onde possam crescer e se desenvolver sem chocar com quaisquer outros ou outros demais interesses. Por isso,

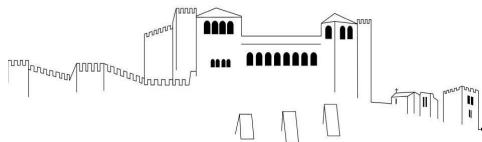


votaremos naturalmente a favor, mas sem deixar de tecer estas considerações e fazer estas ressalvas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

Sim, tenho só de fazer aqui um comentário relativamente à intervenção do senhor deputado do PSD. Não é bonito ridicularizar os empresários qualificando aquilo que é a sua atividade económica e os altos e baixos que têm ao longo da vida, não é? Porque como já foi dito aqui pelo deputado do CHEGA, com o qual subscrevo na totalidade, as empresas para serem estratégicas podem eventualmente passar por momentos difíceis e porque, de facto, acontece muitas vezes e neste caso aconteceu porque os anos que indicou curiosamente coincide com os anos da pandemia e não foi só aquela empresa que teve lucros de faturação a baixar drasticamente, foram muitas e algumas querem voltar a subir com o apoio de financiamento bancário ou próprio quando não têm ou quando têm a possibilidade a fundos comunitários, pelos vistos mereceu o apoio, significa que noutras esferas de análise de candidaturas aquele projeto mereceu apoio o que significa que, de facto, existe, existe interesse em apoiar e em financiar, nomeadamente os equipamentos e, no nosso entender, não devemos fazer esse tipo de análise relativamente aos nossos empresários porque também não é esse o objetivo quando se atribui esta esta declaração, não estamos a dizer se o empresário é bom ou mau, não é esse o objetivo, ou se ele é do partido A ou B porque nós nunca os distinguimos ou se foi candidato por um lado ou pelo outro ou se votou em mim ou não. A probabilidade de muitos empresários terem votado em mim é grande, tive tantos votos, não é? Agora não posso, eu não posso, não podemos nem o fazemos, nem aceito que o façam, e, portanto, nesse aspeto queria, queria deixar esta mensagem. Aquilo que me parece do edifício, eu não o visitei, é um edifício com uma indústria que tinha determinado tipo de classificação, que era extrativa, com um CAE determinado, é um projeto de requalificação do espaço e de adaptação a indústrias, onde está lá esta indústria, eventualmente poderão aparecer outras naquele universo, é uma indústria mais qualificada, com mais tecnologia, neste caso a injeção de plásticos, pode também direcionado para a parte dos moldes ou para outra e, portanto, é uma operação simples de permitir legalizar que é reconhecendo que há interesse neste investimento e, portanto, há aqui a possibilidade de melhorar e qualificar este edifício desta maneira atraindo este tipo de empresas e, portanto, é esse o objetivo da declaração. O PDM é uma ferramenta, infelizmente, que está ao serviço das autarquias que a definem, mas há muitas limitações que são feitas pelas mais diversas tutelas desde as reservas ecológicas, as reservas, agrícola e reservas florestais que não são definidas pelas



Câmaras e que obrigam, naturalmente, a recorrer a regimes de exceção sempre com uma oportunidade de aparecer de negócios de empresas quererem ampliar, etc. e que chocam com estas reservas. É por isso que é importante para não limitar essas ampliações ou essas, essas oportunidades que se reconheça a importância deste artigo para abrir exceções e felizmente a maioria das soluções têm sido analisados internamente por uma matriz que não existia antigamente, estas declarações de interesse municipal já são antigas, eu não sei, isto aqui remonta eu nem sei bem qual é a data deste, desta possibilidade, mas eu lembro-me desde há muitos anos que faço parte da Assembleia, fiz parte da Assembleia Municipal e também como Vereador, de chegarem à Assembleia Municipal pedidos de declaração de interesse municipal sem qualquer tipo de análise matricial, sem uma matriz de análise. Estas já vêm, esta teve esta classificação, não é das melhores, mas alcançou o mínimo, portanto, a Câmara sentiu-se de consciência tranquila a apoiar e volto a dizer que qualquer uma que venha com um mínimo de capacidade de seguir em frente terá sempre o nosso apoio. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.1.** à votação.

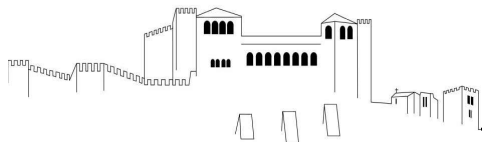
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria, com 38 votos a favor** (32-PS, 3-PSD, 1-CHEGA, 1-PCP, 1-IL), **1 voto contra** (1-BE) e **11 abstenções** (9-PSD, 1-CHEGA, 1-CDS-PP) a **Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico Municipal.**

Ponto 2.2. - Processo GE/2023/30 - Henrique Costa & Filhos, Lda. - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Obrigado, portanto, é um pedido também de declaração de interesse público estratégico municipal para efeitos de legalização de uma atividade. É uma empresa de pirotecnia que está sediada na Caranguejeira, é uma atividade que decorre num espaço devidamente isolado, com características especiais de licenciamento. Conheço a empresa porque já a visitei várias vezes, portanto, do ponto de vista de segurança está, é uma atividade totalmente capaz, uma vez que tem distribuído pelo recinto, que é um recinto extremamente grande de funcionamento da empresa, as diversas, os diversos paióis onde guardam todos aqueles materiais de apoio à atividade de fogo de artifício e que obriga a uma área muito grande para criar zonas de proteção entre esses mesmos paióis devidamente separados com um circuito entre eles, portanto, são garagens



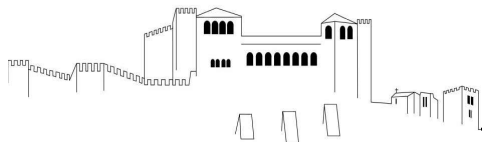
totalmente equipadas, garagens no sentido para, para compreender a dimensão desses paióis, não são muito grandes, mas devidamente preparados para receber este tipo de atividade. Insere-se num ambiente em que o tipo de localização também tem que estar afastado da habitação, portanto, a tendência é fixar-se em zonas que têm floresta neste tipo de espaços, não é? não é aquele, aqui não se pretende que este tipo de atividade funcione em ambiente urbano, tipo zonas industriais ou perto de casas, etc., tem que sofrer algum isolamento que é o caso em concreto e, portanto, para poder estar legal é necessário fazer este reconhecimento uma vez que há uma parte ou a totalidade, não tenho a certeza, a totalidade se encontra em Reserva Ecológica Nacional e, portanto, ao excluir da Reserva Ecológica Nacional através da declaração deste interesse público estratégico municipal que depois ainda há-de passar pelas diversas áreas competentes, nomeadamente a CCDR e as outras instituições, portanto, dá-se aqui um 1º passo para a possibilidade daquele negócio poder funcionar naquele espaço, pronto. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Manuela Pereira – BE

Transcrição:

“Mais uma vez boa noite a todas e a todos, mais uma vez cumprimento na pessoa do senhor Presidente da Assembleia todos os presentes, o senhor Presidente da Câmara e todos os jornalistas e todas as pessoas em casa.

Não se assustem que eu não vou repetir a declaração de voto que fiz há pouco e não vou repetir, repetir porque o senhor Presidente, senhor Presidente contrariamente ao que possa aparentar até por estar inserido no Ponto 2 o interesse público municipal. Aqui discute-se o interesse público municipal e vamos lá ver se eu me consigo entender com tanta troca, trocadilhos de palavras. Portanto, no anterior discutiu-se o interesse público estratégia, estratégico municipal, aqui discute-se o interesse público municipal assim, deixe-me desde já dizer-lhe que estamos perante uma deliberação propositadamente confusa, que se limita a enumerar as virtudes da empresa requerente deixando de fora todos os aspetos legais que deveriam motivar e fundamentar o reconhecimento que pretendem. É, pois, importante simplificar o que está em causa, vejamos, 1º, o que nos é pedido é a declaração de interesse municipal. O interesse público estratégia municipal. Contra uma declaração de interesse municipal não o interesse público estratégico municipal, é-nos pedida uma declaração de interesse municipal, nada mais. 2º, esta declaração é apenas um documento dos vários necessários, como já foi aqui dito, que serve para instruir o processo de reconhecimento de relevante interesse público, como passarei RIP como passarei a designar, e que será entregue na CCDR para depois seguir para despacho ministerial. Face a estes 2 factos salta desde logo à vista em relevância que o município atribui ao interesse público municipal. É que, por se tratar de um



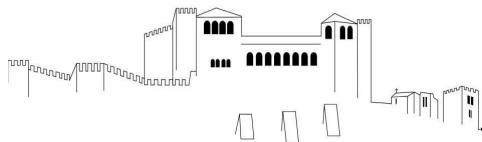
documento instrutor de um eventual processo que sai da esfera das competências do município, o executivo faz tábua rasa de todo o procedimento necessário para a atribuição desse estatuto. Senhor Presidente, estando a emissão desta declaração de interesse público municipal regulamentada com base na deliberação da Câmara Municipal de 10 de abril de 2012 pergunto-lhe, onde estão os documentos para fundamentar a sua pretensão que o requerente apresentou? E onde estão as tabelas de avaliação realizadas pelo município de equipamentos e de atividades económicas? Nada nos é apresentado, é como referi, uma vulgarização completa deste tipo de procedimento acompanhado pela falta de respeito para com esta Assembleia onde sistematicamente as deliberações não são acompanhadas de documentos que permitam uma votação esclarecida e informada. Face a tudo isto, como é óbvio, votaremos contra. Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Boa noite a todos novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Esta empresa pretende regularizar e ampliar um estabelecimento fabril e de armazenagem de produtos explosivos em área RAN e REN e para isso necessita que lhe seja reconhecido o relevante interesse público. Ora, não sendo uma atividade que se possa classificar de natureza estratégica ainda assim importante, em 1º lugar porque cria riqueza e emprego e, em 2º lugar, porque todos gostamos de festas e de fogo de artifício. Esta é uma atividade industrial que pela sua especificidade em termos de segurança deve estar isolada, como o senhor Presidente disse aqui e bem, preferencialmente em contexto rural e, por isso, nós não colocamos aqui a necessidade de instalar esta atividade numa zona industrial, porém, como se afirma na nota explicativa da deliberação, nos termos da lei pode haver lugar a tal declaração de relevante interesse público desde que não se possam realizar as atividades de forma adequada em áreas não integradas em Reserva Ecológica Nacional, ora não é de todo o caso, além disso, como se reconhece, a área objeto de intervenção integra áreas complementares e fundamentais na estrutura ecológica municipal, está como se encontra expresso, condicionada e passo a citar: "... parcialmente pela Reserva Agrícola Nacional, na totalidade pela REN, nas tipologias área de máxima infiltração, áreas de risco de erosão e faixa de proteção de escarpas...", está nos documentos, portanto, no Plano de Defesa Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, esta área integra todas as classes de perigosidade em territórios florestais, nomeadamente as muito altas, altas e médias. No elogio da empresa produzido na deliberação diz que está na vanguarda tecnológica na Europa e é atualmente uma das 5 maiores empresas



portuguesas de pirotecnia e a que nos últimos, e a que nos últimos anos realizou mais espetáculos, portanto, trata-se, felizmente de uma empresa bem-sucedida. Teria então sido útil para que, para o tal, para que tal deveria ter contado com o apoio da Câmara ter arranjado um terreno rústico que não estivesse integrado em RAN e muito menos em REN, afastado das áreas residenciais ou de outras atividades industriais ou de comércio e serviços e nem é preciso, nem seria preciso sair da freguesia da Caranguejeira para o encontrar. Pelo sucesso económico não nos parece que fosse problemático realizar um investimento para a sua deslocalização e ampliação de instalações. Nós apoiáramos esta operação de todo, portanto, para além disto, neste caso como nos outros que já aqui foram trazidos, não aceitamos a falta de avaliação ambiental estratégica sendo que, mais uma vez, nem sequer uma informação técnica dos serviços municipais de ambiente integra no processo. O PCP nada contra tem esta empresa, obviamente, e no seu interesse em investir, antes pelo contrário, mas em face de tudo o que aqui explicámos vamos ter que votar contra. Muito obrigada.”

Intervenção da senhora Presidente da Freguesia de Caranguejeira – Oriana Cristóvão

Transcrição:

"Muito Boa Noite,

Oriana Cristóvão, presidente de junta de freguesia de Caranguejeira, onde está sediada a empresa Henrique Costa & Filhos, Lda.

Cumprimento o Sr. Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os que participam na assembleia e quem nos acompanha em casa.

Questiono, quem somos nós?

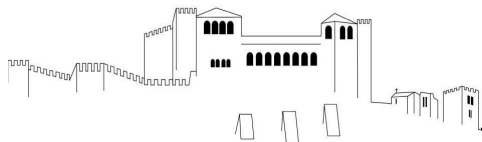
Somos um povo que deixa raízes.

E para tal, é importantíssimo referenciar, do que fomos e reforçar e afirmar o que somos e seremos.

E assim é, a empresa Henrique Costa & Filhos, Lda. É uma empresa de referência notável a nível nacional, sediada na freguesia da Caranguejeira. Empresa fundada em 1932, sendo uma das mais antigas empresas de pirotecnia nacionais. E a segunda que teve alvará.

É notável o crescimento desta empresa familiar, bem estruturada e sempre com um sentido progressivo de qualidade, de segurança, social e empregabilidade.

E para que a arte da pirotecnia não faleça, a mesma empresa foi criando mais território e novas tecnologias para minimização do risco e sempre com um rigor exímio, no sentido preventivo em prol do território, das pessoas e bens. Um exemplo do seu trabalho é o fogo-de-artifício na passagem de ano na ilha da madeira.



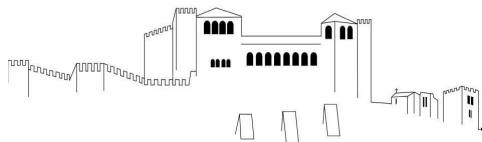
E se for de interesse, convido a fazer uma visita guiada, a um belo espaço natural e muito agradável de se estar e claro conhecer mais um pouco desta arte da pirotecnia. Por fim, é de extrema relevância, esta emissão de Declaração de Interesse Municipal. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, senhor Presidente do Executivo, cumprimentar todo o executivo.

Muito bem, os casos aqui trazidos para reconhecimento de interesse público são algo distintos, bastante até. Importa, e o grupo municipal do partido CHEGA pretende registar, e depois da resposta do senhor Presidente ao último caso, que efetivamente a todos os pedidos, e as nossas declarações podem ser transcritas e ficam gravadas, todos os pedidos que chegam à Câmara Municipal têm este procedimento e são trazidas à Assembleia Municipal, isto é que nos interessa registar, isto é que tem que ficar público para que todos os empresários leirienses tenham conhecimento do mesmo princípio de igualdade, portanto, a nós, ao grupo municipal do partido CHEGA, nós não vemos nenhum inconveniente, nós queremos auxiliar os empresários, é preferível licenciar do que atrapalhar visto que há um reconhecimento da parte do executivo que o PDM tem problemas, ora, se tem problemas há que o licenciar e há que usar destes artigos de exceção para licenciar como disse, e bem, estas, pronto, estas ampliações e o que quer que seja. O que me importa e o que importa ao nosso partido e enquanto empresário também, e já o disse no caso que foi trazido de, da Maceira, é que efetivamente já tive resposta hoje, todos os pedidos, e está registado, o senhor Presidente hoje aqui admitiu, todos os pedidos de todos os empresários têm o mesmo princípio de igualdade, basta para o efeito que alcancem as tabelas mínimas ou pontuação mínima para que efetivamente passem a declaração de interesse municipal e então a minha palavra, e agradecia que a comunicação social a passasse também, e do nosso partido é que efetivamente todos os empresários de Leiria tenham conhecimento que podem recorrer, que podem recorrer a este artigo de exceção porque terão o apoio do executivo e desta assembleia para poderem ser licenciadas com as suas respetivas ampliações ou os seus interesses desde que então, se bem percebi, e quero que o senhor Presidente reitere o que estou a dizer que acho que não estou a dizer uma mentira, se bem percebi desde que tenha avaliação mínima, como disse o senhor deputado Pereira de Melo, todos podem, portanto, se todos podem o que nós pedimos é isso mesmo é o mesmo princípio de igualdade, efetivamente se temos problemas com as zonas industriais, PDM, é preciso é divulgar publicamente que todos têm essa oportunidade, tenho dito. Muito obrigado.”



Intervenção do senhor deputado **Carlos Poço – PSD**

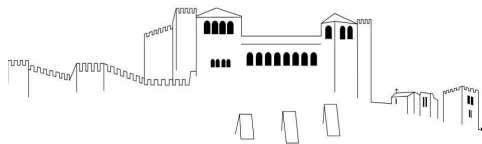
Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia e Exma. Mesa, senhor Presidente da Câmara e Exmo. Executivo, senhoras deputadas, senhores deputados e a todos os que nos acompanham. Eu vinha aqui só, venho aqui para sublinhar que este mecanismo é, de facto, um mecanismo muito, muito importante, muito útil e de todo o interesse para o desenvolvimento do concelho e deve ser utilizado sempre que possível utilizar, mas a questão que está por trás disto, e é esse o meu apelo, é que é um recurso, é uma alternativa ao planeamento estruturado, ao tal PDM que tem essas dificuldades e é preciso resolver as questões das dificuldades do PDM porque já vem sendo demasiado tempo e, portanto, o Município, a Assembleia devem-se empenhar no sentido de encontrar formas de resolver a questão do PDM e a ver, e a ver, de facto, zonas industriais. Em praticamente todas as freguesias há uma mancha destinada a zona industrial, é preciso fazer esse planeamento e é preciso pôr à disposição dos, dos agentes económicos das empresas para que possam instalar-se em lugares devidamente licenciados. Os empresários, os industriais já têm tanta dificuldade, e aqui falo também em nome por ser empresário, são tantas as dificuldades que, no mínimo, quem trata do planeamento, quem trata do ordenamento poderia dar essa facilidade, poderia dar e contribuir para essa facilidade no sentido de se poderem instalar em zonas devidamente planeadas. Era só o apelo que eu fazia. Se isto se resolver passam a ser muito menos os casos de pedidos de exceção ao PDM. Muito obrigado."

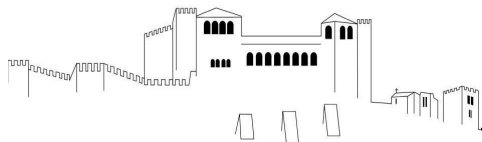
Intervenção do senhor deputado **Manuel Cruz - PS**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa queria cumprimentar toda a gente, todos aqui e todos que nos acompanham nos meios virtuais. Por vezes nós quando não temos nada a dizer acho que não devíamos estar aqui a ocupar os tempos dos deputados e pensei nisso um pouco. Sobre este caso aqui, eu fui visitar a empresa para poder falar sobre ela e se querem que vos diga não tive surpresa nenhuma porque tinha já estudado um pouco a empresa e quando lá cheguei verifiquei aquilo que sabia. Sabemos, e estamos aqui alguns na Assembleia que já utilizaram este pedido, que por vezes enquanto empresários, eu também posso falar um pouco também sobre isso, nós temos que, e já precisei também disto noutras circunstâncias noutras câmaras, nós temos que recorrer a estes, a estas figuras para conseguir legalizar as empresas até porque as empresas e a iniciativa privada são a essência do desenvolvimento social e são a essência do desenvolvimento económico do nosso país, da nossa região e das nossas freguesias. Esta empresa, e só por isso, ocupa uma área



de cerca de 13 mil metros quadrados. Tem diversas construções lá dentro, não ultrapassam os 9, 12 metros quadrados a distâncias diferentes, ou seja, no total não chega a ter mil metros de área coberta em 13 mil metros quadrados. Eu pergunto, quem é que gostaria de ter esta empresa indo para ali para a Cova das Faias ou para outro lado e púnhamos lá uma empresa destas. Quando nós sabemos que numa zona industrial compramos mil metros, utilizamos 50% e construimos 500 metros. Esta empresa tem 13 mil metros, 13 mil metros que estão vedados, têm áreas lá dentro de dupla vedação, ou seja, áreas subdivididas por zonas de segurança, limpa, com sistemas de, contra incêndio em toda a zona, inclusivamente se for preciso um helicóptero ir lá buscar água tem lá uma pequena piscina para tirarem água, mas tem um sistema destes, zonas de segurança. Foi uma empresa constituída em 1932, está lá desde esta altura, cresceu ali, em 1932 e depois foi transformada em sociedade em 1998. No seu percurso teve um acidente, julgo que há mais de 30 anos, e agora não tenho a certeza se estou a falar bem ou mal, mas penso que há mais de 30 anos onde faleceu um dos sócios, ou seja, o avô dos sócios atuais, mas é um negócio de família desde esta altura, na altura não se falava em RAN e REN nem outras coisas mais. É uma empresa que face à lei de 2012, no todo nacional, é a 2ª a obter o licenciamento que é muito rigoroso. É uma empresa que é fiscalizada não só pela PSP e pela GNR 2 ou 3 vezes por ano, ma, como sabemos quem trabalha com explosivos tem regras duríssimas para estarem e para terem proteção, o público não tem acesso às áreas reservadas à preparação do fogo. Visitei, excecionalmente, uma dessas ilhas onde estão as regras devidamente explícitas lá dentro. Eu queria dizer que é uma empresa que faturou cerca de 1 milhão e meio, emprega 12 pessoas, é uma empresa, como já disse, que tem no seu expoente máximo, todos os anos tem produzido fogo para a Madeira, é a única no concelho de Leiria e é uma das mais avançadas a nível nacional e por isso, se eu não tinha nada a dizer e como nós quando falamos das empresas, e eu gosto de muitas empresas porque são o motor, já foi aqui dito por quase todos os partidos, por quase todos, da economia, do desenvolvimento e da riqueza nacional por vezes também temos de falar das empresas que nós encontramos como exemplo e que merecem o nosso apoio e esta é um exemplo. E como disse aqui a Presidente da Junta de Caranguejeira, Oureana, eu penso quando ela convidou aqui, eu acho que convidou aqui, acho que fazíamos bem visitar porque ninguém quer aquela empresa, está ali, ninguém, volto a repetir, nem numa zona industrial pode estar nem numa zona habitacional pode estar. Para terminar, posso dizer que as casas mais próximas estão a cerca de mil metros de distância. Tenho dito.”



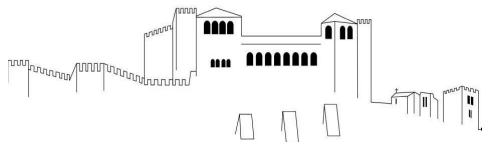
O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos para explicar a diferença entre a declaração de interesse municipal e a declaração de reconhecimento de interesse público estratégico.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Um primeiro esclarecimento relativamente àquilo que é a diferença daquilo que se está aqui a discutir neste segundo ponto naquilo que se discutiu no ponto anterior. Este ponto refere-se à utilização de, de solo que está em Reserva Ecológica Nacional e o outro ponto tem relevância sobre um artigo do PDM, que é o empreendimento de carácter estratégico, a senhora deputada não, não tem vindo a muitas Assembleias, mas todos nós nos recordamos que todos os empreendimentos de carácter estratégico que vêm aqui à Assembleia decorrem de um articulado diferente do que aquilo que se está a discutir neste segundo ponto e, portanto, é claramente diferente a um ponto do outro em relação à sua própria designação. Só, só um esclarecimento, o senhor Presidente não disse que qualquer empresa pode vir aqui com, com, com a classificação de empreendimento de carácter estratégico a todos os, os, a todas as empresas que vêm aqui à Assembleia vêm sobre a avaliação dessa tal matriz que foi criada em 2014 por esta própria a Assembleia, mas têm que cumprir um conjunto de critérios que são que comutativo, tem que haver um investimento superior a 1 milhão de euros, tem que criar postos de trabalho, tem que apresentar carácter inovador, portanto, há uma série de condições para que as empresas possam ser reconhecidas como empreendimentos de carácter estratégico, portanto, só depois de passar nesse crivo é que eventualmente se elabora a matriz e depois é, é colocada aqui à, à consideração da Assembleia Municipal. Relativamente a algo que foi referido pela senhora deputada Joana Cartaxo, de facto, toda esta parcela de terreno está inserida em Reserva Ecológica, maioritariamente em área de máxima infiltração, uma pequena parte em risco de erosão e, de facto também tem Reserva Agrícola. A parte que está em Reserva Agrícola refere-se a uma pequena linha de água onde não tem qualquer (gravação impercetível), portanto, não há nenhuma afetação da atividade relativamente à ocupação da Reserva Agrícola, tanto mais que não será necessário proceder a qualquer desafetação da, da RAN uma vez que não há ocupação, digamos assim, desta parcela. O que vem referenciado no parecer é que, de facto, há uma ocupação da REN, mas isso tem a ver com a delimitação da, da parcela, como vocês podem perceber nas plantas que estão na parte final deste mesmo conjunto de, de, de elementos. Para terminar, a classificação que o, que o senhor deputado Manuel Cruz fez relativamente àquilo que é a atividade da, da desta empresa espelha bem aquilo que é



na realidade, é uma empresa que demonstra segurança, é uma empresa de referência, é uma empresa que se soube adaptar às condições legais, ao normativo que foi sendo criado e que foi sendo cada vez mais rigoroso ao longo, ao longo dos anos, a partir de 2005 foi obrigatório emitir uma autorização que era, que era provisória, todos os anos tinha que ser renovada, esta empresa sempre conseguiu renovar essa licença e em 2016 foi das poucas empresas do país que conseguiu obter o alvará para este tipo de atividade. Como já aqui foi referido este tipo de empresas, e acho que isso é perceptível por todos nós, não é compatível com a ocupação junto de habitações, junto de outros edifícios pelo risco que apresenta, apesar de esta empresa ao longo dos anos nunca ter tido qualquer tipo de acidente, e como também já aqui foi referido e também eu apelo que possam visitar a, a empresa porque vale a pena, porque o impacto é praticamente nulo, está completamente inserido na paisagem e como foi aqui referido para um território tão grande, estamos a falar de mais de um hectare, cerca de 13 mil metros quadrados, estamos a falar de uma implantação que é bastante reduzida, diria que é inferior a 10%. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.2.** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria, com 46 votos a favor** (32-PS, 12-PSD, 2-CHEGA), **2 votos contra** (1-BE e 1-PCP) e **2 abstenções** (1-PS, 1-CDS-PP) o **Processo GE/2023/30 - Henrique Costa & Filhos, Lda.**

DECLARAÇÕES DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP

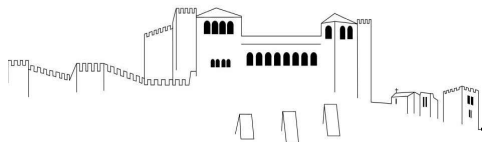
Transcrição:

"Declaração de voto relativamente à presente votação tendo uma vez mais abtido relativamente a este tipo de matérias, apesar de ser uma votação que não define aqui um interesse estratégico municipal, de alguma forma é utilizada, uma vez mais, uma nomenclatura e uma possibilidade de declaração de interesse público. Em 1º lugar, aquilo que distinguirá as duas é que efetivamente uma tem lugar e ponto de decisão, de consideração em sede municipal e o outro irá para uma instância nacional pese embora, de fundo, os dois culminarão no mesmo tendo em conta as suas intenções. Não sendo contra a iniciativa privada, acreditando que o município deve tomar medidas para a dinamização do tecido empresarial, a aprovação dos referidos pontos continua a dar lugar à abertura de precedentes sem fim. Nesse sentido abster-me no presente ponto viabilizando, contudo, a sua aprovação. Disse.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, uma vez mais.



Ora quero começar por, veio aqui um deputado municipal dizer que quando não temos nada para dizer mais vale não dizer nada. É preciso muita moral para vir dizer o que é que um deputado tem para dizer ou o que não tem para dizer. Podemos criticar, podemos não concordar, mas temos de respeitar, isto é o princípio da democracia. Posto isto, não podemos dizer, não podemos dizer que afinal não temos nada contra o investimento privado, mas depois vir aqui dizer que não e fechar a porta à partida ao desenvolvimento de uma empresa quando, repito, já aqui foi dito, não é, não se trata de uma decisão final, mas sim de um pequeno passo, de um abrir de porta para aquilo que será um longo processo de escrutínio a que esta empresa será sujeita e que passará por vários crivos até ser aprovado ou não ser aprovado e é disso que trata aqui. Matar à partida este projeto, este investimento ou não. Nós optamos por dizer não por isso votámos a favor. Muito obrigado.”

Ponto 3 – Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA) Leiria –
Apreciação, discussão e votação;

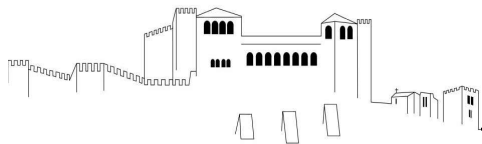
O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Luís Lopes para efetuar a apresentação do ponto.

Intervenção do senhor **Vereador Luís Lopes**

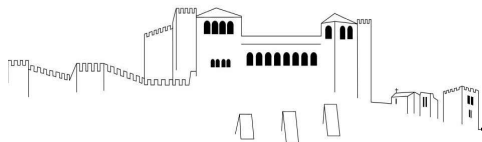
Transcrição:

“Senhor Presidente, muito boa noite, distinta Mesa, boa noite a todos os deputados e a todos os que nos acompanham aqui e lá em casa.

O plano estratégico de reabilitação de linhas de água, permitam-me que comece primeiro por dizer aquilo que não é. Não é um plano de gestão de risco de inundação, não é um plano de gestão de rede hidrográfica nem é um plano de drenagem porque na anterior Assembleia já houve referências a este plano que hoje submetemos precisamente a esta apreciação e votação. O plano tem essencialmente 3 tomos ou 3 capítulos que incide sobre um diagnóstico no concelho, com 1600 quilómetros de linhas de água sendo que 250 destes quilómetros são elegíveis para intervenções de renaturalização, é disso que estamos a falar, portanto, de linhas de água naturais e que pretendemos fazer intervenções, quer naquilo que são a recuperação da sua utilização para os mais diversos fins, mas também depois a sua manutenção ao longo dos próximos anos sendo este um património que acho que todos concordamos que é um património muito rico e vasto relativamente àquilo que é a bacia hidrográfica do Lis, do Lena e não só. Relativamente ainda ao plano, ele consta ainda daquilo que são as suas constituintes e relativamente ao plano de ação aquilo que nós procurámos fazer foi termos fichas que fossem possíveis de utilizar e documentos



orientadores para os serviços do Município porque como sabem tudo o que é áreas urbanas, a responsabilidade de intervenção em linhas de água é efetivamente do município, mas que fosse um documento também possível de utilizar por qualquer munícipe confinante com linhas de água que em áreas rurais tem a responsabilidade de intervenção e manutenção naquilo que são então estas mesmas linhas de água. Por último e relativamente à sua terceira componente que tem a ver com, que tem a ver com precisamente um plano de ação e com as fichas que são depois exemplificativas das mais diversas intervenções em linhas de cabeceira e vales, mas também um plano de comunicação sobre as intervenções. Dar nota ainda que relativamente a este plano de comunicação que foram realizadas oito ações de sensibilização em diversas freguesias do concelho e que servirão também para recolha de contributos pelas mais diversas entidades e também pelos mais de 100 munícipes que participaram nessas mesmas sessões, o que permitiu que para além das 4 reuniões que foram realizadas com todas as entidades que foram convidadas e também com as juntas de freguesia contribuir para a identificação daquilo que são 18 pontos críticos e 26 troços críticos que nós identificámos como mais sensíveis e que ao longo dos últimos anos têm sofrido maior desgaste e degradação quer pelo efeito de ações artificiais, mas também pelo incremento de precipitação. Apenas para concluir e porque considero que o plano está perfeitamente acessível e que todos tiveram acesso dar nota que a intervenção na Ribeira dos Milagres e na frente ribeirinha do Lis, aqui na cidade, que já está em execução, seguiu precisamente tudo aquilo que está preconizado em termos de engenharia natural já neste plano e que serviu relativamente a esta empreitada que está em execução para a retirada de 15 toneladas de resíduos, 4 toneladas de pneus e 15, perdão, e 11 toneladas de resíduos de construção e demolição e de embalagens da Ribeira dos Milagres e da frente ribeirinha do rio Lis. Este é, sem dúvida um dos grandes objetivos do plano que tem a ver com a sua componente ambiental que nos permitirá para além precisamente da salvaguarda da proteção das linhas de água também a recuperação e a identificação de pontos de poluição difusa, tal como já aconteceu na Ribeira dos Milagres e em vários outros pontos. Para concluir, dizer ainda que este plano será sempre dinâmico na sua revisão uma vez que como sabemos a dinâmica dos recursos hídricos assim nos obriga pelo que anualmente faremos e daremos conta das intervenções que foram sendo realizadas, mas, acima de tudo que nos permitam ter estabilidade nas intervenções nas linhas de água e recuperá-las tal como tem acontecido, exemplo disso é o Polis que temos já instalado para, e que está à vista de todos, para por um lado mantermos esta qualidade das linhas de água e a despoluição naquilo que é a bacia hidrográfica do Lis e por outro permitir que todos possam usufruir das linhas de água do concelho de Leiria sendo um documento, e repito, orientador não apenas para o Município, mas para todos os munícipes que têm terrenos

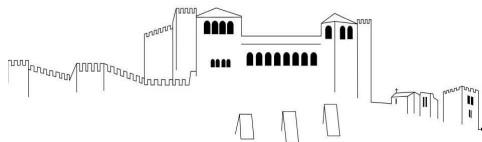


confinantes com as linhas de água e que também os próprios serviços do município estão disponíveis para, para colaborar. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Manuela Pereira – BE

Transcrição:

“Mais uma vez boa noite a todos, os que estão presentes na sala e aos que estão em casa. Antes começar queria, se me deixarem, se for possível, queria só dizer ao Eng.º Ricardo que aquele texto não foi feito com desconhecimento. O Bloco de Esquerda tem uma equipa autárquica que acompanha todos os trabalhos e, portanto, não há qualquer desconhecimento naquilo, pronto, era só isto que eu queria dizer, foi feito conscientemente. Relativamente ao, espere lá, vou, irei, irei parar um ponto que todos saberão que é uma luta de muitos anos do Bloco de Esquerda e que, efetivamente, nos empenhamos há mais de 20 anos em ajudar a resolvê-la e que não haverá qualquer despoluição, nem das águas concelhias, nem da bacia hidrográfica do Lis sem o resolver, isto é uma realidade, portanto, este estudo são mais 40 mil euros, para o qual não se perspectiva um resultado efetivo. Esperávamos encontrar realidades, novidades e coisas sérias, esperávamos encontrar resposta para a bacia hidrográfica do Lis, mas temos um estudo das águas concelhias, aliás como compete a esta autarquia, que consideramos um estudo, este estudo uma falsa solução dado que, como todos sabemos, este assunto não pode ser resolvido à escala concelhia, mas sim a todo o território da bacia hidrográfica do Lis. O diagnóstico está estampado no PERLA, fala de poluição 149 vezes, altos níveis de poluição, contaminação, análises bacteriológicas, qualidade de água, saneamento e não poderia deixar de ser, suiniculturas. O concelho de Leiria é o maior poluidor da bacia hidrográfica do Lis, entre outras razões encontramos a poluição proveniente de maus procedimentos das suiniculturas perfeitamente identificados e, curiosamente, encontramos também a possível solução, que está enumerada no estudo, que é a construção de uma estação de tratamento de efluentes suínícolas. O PERLA refere também que esta solução já tinha sido tentada, mas devido à inoperância da Recilis não se concretizou. Posto isto, perguntamos, o que vale esta e outras opiniões destes estudos, deste estudo para a Câmara Municipal de Leiria? Não são credíveis as soluções apontadas? Senhor Presidente, em que ficamos? Temos aqui, uma vez mais, um artifício cénico para entreter os leirienses? Deixando para trás muitos e muitos anos para a resolução deste problema e referindo-nos à história recente tivemos uma ETES perdida devido à inoperância da Recilis que nunca apresentou orçamentos como era determinado, com fundos PRODER, por uma promessa do ex-ministro do PS, Matos Fernandes, com quem falámos presencialmente, de que o Governo ia avançar com a construção da ETES, moções do Bloco de Esquerda aprovadas na Assembleia da República. Claro que, entretanto, percebemos que fomos enganados pelo ex-ministro, não se fazia



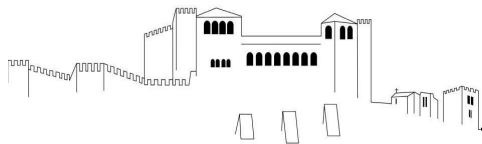
nada, declarou mais tarde o ex-ministro Capoulas Santos, numa visita que fez ao Pinhal de Leiria. Temos a seguir, surge então a ex-ministra da, a ex-ministra do, da agricultura a falar em ETAR do Coimbrão, espalhamentos e guias de entrega, uma perfeita confusão. São anunciadas medidas de 90 milhões para todo o país sem a clara explicação de que para Leiria seriam 20 milhões voltadas para a exploração bioquímica dos resíduos suínícolas, contratos duvidosos com privados, um investimento faseado, temos agora um investimento faseado de 2 milhões na ETAR do Coimbrão que irá ocorrer na fase sólida da ETAR devido a mais lamas e a mais fluentes avícolas entregues, temos também mais privados com planos de investimento sobre os quais pouco se sabe, uma verdadeira confusão, desorientação e desinteresse na resolução do problema. Como sabem, a nossa opinião é que deverá ser construída uma ETES com gestão pública o que nunca foi dito, ao contrário do contrato que é falado em outras soluções privadas é que esta solução também tem soluções, esta solução de construir a ETES também tem soluções energéticas rentáveis ao erário público, portanto, não é só os outros processos, aqui também se pode produzir os produtos, os subprodutos que saem de uma, de uma ETES, como muitos de vocês saberão, não estarei a dar, a ensinar nada nem andar a dar novidade nenhuma também são passíveis de rentabilidade. Onde está, senhor Presidente, o verdadeiro empenho da Câmara Municipal de Leiria? Senhor Presidente, sem demagogias e novelinhos gostaríamos verdadeiramente de ouvir, de ouvir o que nos tem a dizer sobre este assunto. Os munícipes de Leiria continuam sem saber como se vai resolver este problema que se vai arrastando durante anos e anos e trará danos irreparáveis ao ambiente que deixaremos como herança aos nossos filhos e netos. O verão aproxima-se e os cheiros e as moscas voltarão para participar numa animação cultural de Leiria. Manuela Pereira, tenho dito.”

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente

Transcrição:

"Boa noite a todos e a todas, Paulo Clemente, Presidente de Junta de Marrazes e Barosa. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e em seu nome de todos os presentes que assistem, todos os presentes e os que assistem aqui através das redes sociais.

Quero, em 1º lugar, congratular o executivo camarário por este plano estratégico, contudo, tenho algumas observações a fazer. Quando defendemos tanto o ambiente com iniciativas em defesa do nosso ecossistema, com a reabilitação dos nossos recursos hídricos, com a aquisição de mais veículos ecológicos, a redução da pegada carbónica estamos por outro lado a deixar que destruam a nossa floresta para fazer explorações de inertes. Contudo, podem dizer que é importante para a economia, para a criação de mais postos de trabalho,



mas quando essa própria atividade destrói empresas com tecnologia avançada, que emprega 650 pessoas pergunta-se, afinal o que é que é mais importante? Ainda mais grave é o facto de o parecer das juntas de freguesia não serem tomadas em conta, digamos, não serve para nada. Ora, pergunto, não deveria ser os órgãos políticos locais, legitimados nas suas eleições, que deveriam gerir o seu território? É tempo de todos e todas as forças políticas deste concelho se unirem para lutar contra este tipo de procedimento e que lutem pelo bem comum do nosso território e das nossas populações e lanço aqui a seguinte questão, que futuro vamos deixar com este tipo de destruição do nosso ecossistema para os nossos netos e os nossos bisnetos? Disse.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS

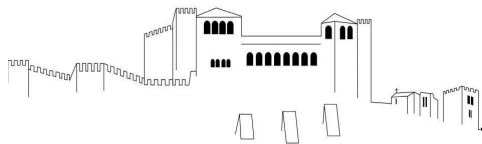
Transcrição:

“Senhor Presidente, muito boa noite. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.

O Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água aqui apresentado tem como objetivo agregar num único documento todas as intervenções que são necessárias fazer nas linhas de água do concelho, contendo o diagnóstico e o levantamento dos problemas existentes, bem como a definição das ações a desenvolver a curto, médio e longo prazo nessas mesmas linhas de água. Tem como objetivos estratégicos principais a melhoria da qualidade da água e da prevenção contra riscos de cheias, inundações e secas, assegurar a proteção dos locais de recarga de aquíferos, captações ou zonas vulneráveis e assegurar a livre circulação das águas por caudais líquidos e sólidos em qualquer situação hidrológica, sem colocar em causa a segurança de pessoas e bens.

Gostaria de destacar alguns pontos que nos parecem importantes e que resultam num documento que será de uma enorme importância na salvaguarda das condições das nossas linhas de água. Desde logo, estamos perante um documento dinâmico, podendo adaptar-se facilmente a alterações de outras estratégias municipais, e flexível, permitindo responder às dinâmicas da natureza, com a criação de listas específicas de tarefas a desenvolver face aos diferentes problemas que possam surgir.

Além do diagnóstico que apresenta, criando uma base de análise e de trabalho importante, cria um guia de intervenções sustentáveis em linhas de água, uma ferramenta de base prática para os trabalhos em linhas de água. Com a caracterização e diagnóstico realizado, foi possível dotar este plano de planeamento de ações, que podem ser intervenções, manutenções, monitorizações, entre outros. No fundo, foi criado um planeamento para todas as linhas de água do concelho, que será posto em prática de forma organizada, priorizada e por campos de atuação. No anexo ao plano é apresentado o relatório preliminar da Caracterização Geral da Rede Hidrográfica do Concelho de Leiria, onde é feita a



caraterização exaustiva da rede, com informação específica de locais, acompanhados por fotografias. E ainda com mapa de pontos críticos, que permitiram priorizar as intervenções apresentadas.

Destacar a definição do tipo de intervenções práticas em linhas de água, com limpezas seletivas, controlo de espécies invasoras, melhoria nas condições hidromorfológicas, e a adoção de técnicas de engenharia natural para a consolidação dos taludes, por exemplo. As intervenções também podem ser operações regulares de manutenção, com reforço de vegetação ripícola autóctone, conservar habitats, fauna e flora selvagens. E operações pontuais, como por exemplo remoção de uma árvore caída, um programa de monitorização e o já referido mapa de registo de técnicas de Engenharia Natural, com uma criação de uma base de dados para um adequado planeamento das intervenções futuras.

Por último, sabendo que parte das intervenções será feita por terceiros, este plano contempla ainda um grande foco nas ações de divulgação, sensibilização e formação. A vigilância e fiscalização continuam a ser uma prioridade e está contemplado neste plano. Assim como está contemplado o aumento das condicionantes ao uso do solo que impactem negativamente os recursos hídricos.

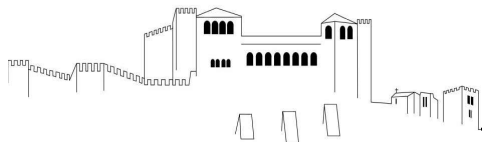
Face à análise do Plano apresentado, consideramos que ele reúne os requisitos necessários para que as condições das linhas de água sejam melhoradas e salvaguardadas, criando procedimentos devidamente planeados e priorizados e adotando uma postura aberta e adaptável às necessidades atuais e futuras.

Face ao exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e demais presentes. Estamos perante um relatório técnico elaborado por uma empresa da especialidade, selecionada por concurso público, sobre a qual não levantamos qualquer dúvida da capacidade de elaborar um documento merecedor de toda a confiança. Parece-nos abrangente e como referido na síntese materializa uma atualização da caracterização e diagnóstico das linhas de água municipais. Neste extenso documento são identificadas algumas situações que comprometem o nível da qualidade da água de que destacamos os efeitos das descargas das suiniculturas e dos efluentes, fugas nas redes de saneamento e a inexistência de rede se para ativa global de saneamento e águas pluviais, produção agrícola e pecuária com localizações identificadas, mas de uma forma mais vasta contribuem para a poluição de toda a bacia hidrográfica do rio Lis. É um tema recorrente e até faz parte das principais prioridades deste executivo, o que nos satisfaz muito, nós partilhamos também dessa preocupação, tal como a maioria da Assembleia. Também com

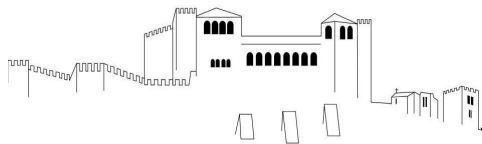


muita relevância são identificadas deficiências nos leitos e corredores ribeirinhos com impactos em risco de inundações, erosão, instabilidade das margens, assoreamento e domínio de vegetação exótica invasora. Este relatório pode ser, e desejamos que seja, para a Câmara Municipal um importante instrumento que identifica e preconiza um plano de ação e de intervenção com vista à redução das fontes de poluição e consequente melhoria da qualidade da água e boa gestão dos recursos hídricos. É o mesmo relatório que refere a falta de exemplos de boas práticas de intervenção em meio hídrico por parte do município por isso, é um excelente guião para que no futuro possamos, de facto, melhorar a qualidade dos recursos hídricos do nosso concelho. O que se pede à Câmara Municipal é que o presente estudo e o programa de medidas de intervenção de manutenção e monitorização sejam, de facto, implementados para bem de todos nós que queremos o melhor para a qualidade de vida do nosso concelho. No fundo, pedimos que sejam implementadas as orientações deste relatório, muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

“Boa noite, nós já sabíamos que existem certos partidos que se apropriam de conceitos como a liberdade, que se apropriam de democracia e agora parece que se apropriam também da despoluição das linhas de água. Ora, isso é uma luta, vai-me perdoar, mas se se é uma luta do Bloco de Esquerda e que estão há 20 anos empenhados em ajudar a resolver este problema talvez seja melhor mudar de estratégia porque parece que não está, que não está a resultar. Dito isto, nada a apontar quanto a este estudo deste plano, do PERLA, aliás, se há coisa que a prática socialista sabe fazer é planos e estudos, depois colocá-los em prática, isso já é outra conversa. E é precisamente isso que se pede ao executivo e que o CHEGA irá acompanhar e participar sempre que chamado a tal na implementação prática deste plano cujo mérito e validade reconhecemos. Depois gostaria também de dizer que me parece que quanto à qualidade, à despoluição de água desde logo, mas não só, este plano estará ou deverá estar intimamente articulado numa relação de dependência com investimento a realizar na recuperação da rede de saneamento, principalmente na malha urbana também ela muito responsável pela poluição da bacia hidrográfica do Lis, sem uma coisa não conseguiremos outra. Depois, quanto às intervenções pontuais que foram aqui referidas, nomeadamente da, da Ribeira dos Milagres, eu tive oportunidade de ir visitar, de ir conhecer o que é que foi feito, nada a apontar, só dizer que não basta que sejam isso mesmo, não basta que sejam pontuais, tem de ser feita não só uma intervenção, mas uma manutenção das linhas de água sob pena de daqui a 3 meses aquilo estar igual ao que, ao que estava. E terminar dizendo que a melhor forma de protegermos as nossas linhas de água é valorizá-las, não deixarmos que



a população se esqueça dela, investirmos nela em termos de estruturas, de lazer, poderemos usá-las, poderemos usufruir das linhas de água, esta é a melhor forma de as proteger. Agora sim, para terminar e com uma pergunta em jeito de desafio, para quando também um plano relativamente às águas subterrâneas do, do concelho cuja importância também deve ser tido em conta? Muito obrigado.”

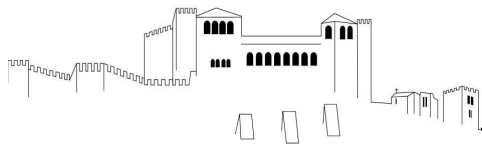
Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Ora então, relativamente aqui ao Ponto 3, plano estratégico de reabilitação das linhas de água, desde já tomar a posição de que não coloco em causa a qualidade deste mesmo relatório e que muito sei e estimo a idoneidade e profissionalismo da entidade que o realizou este importante trabalho. As questões que colocam, mais do que o próprio plano estratégico, que é aquele que aqui é apresentado é-se eventualmente não estamos uma vez mais perante um fenómeno de redundância da atividade política daquilo que é o planear e o programar, isto porquê? Perguntar se este plano estratégico de reabilitação das linhas de água de alguma forma se possa interligar com aquilo que foi o plano municipal de adaptações às alterações climáticas ou mesmo com o estudo ambiental sobre o concelho de Leiria e já agora, e uma vez que falo também sobre as temáticas, eventualmente em que o ponto de execução se encontram os mesmos uma vez que nos são apresentados e de alguma forma depois perdem-se no tempo, temo inclusive que possa acontecer o mesmo com, com este mesmo plano. Perguntar ainda, e já que também nas últimas Assembleias Municipais temos falado sobre a temática da construção de muito edificado na malha urbana em particular e possa resumir, por exemplo, no Aqua Polis, naquilo que será eventualmente o pavilhão multiusos, fala-se agora também da, da construção e da possibilidade de infraestruturas ao nível rodoviário, perguntar se este plano estratégico não vem colocar em causa essas eventuais intenções, mas, meus caros, posso-vos adiantar que a resposta foi dada e em que momento a partir do momento em que assumimos que o plano é dinâmico e flexível, sabemos o que é que isto quer dizer, portanto, existe um plano, existe uma ideia, mas se existirem outras ideias que possam ser conflitantes com aquilo que estamos a programar e a apresentar dizemos que é dinâmico e flexível. Por último, e não menos importante, perguntar inclusive se não será a câmara responsável pela reabilitação da rede hidrográfica nos aglomerados urbanos, aliás, muito no seguimento desta, desta última temática, isso não irá ferir com a aposta nestas mesmas obras colocando em causa então a tudo o que é as linhas de água, os caudais líquidos e sólidos e em que situações, momentos ou neste caso no âmbito hidrológico. Disse.”

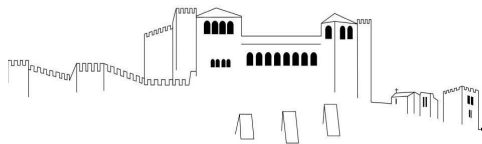
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal



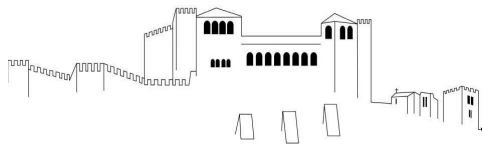
Transcrição:

"Bem, muito obrigado, senhor Presidente.

No essencial só fazer aqui alguns comentários relativamente a este, a este plano estratégico de reabilitação das linhas de água de Leiria. A bacia hidrográfica do rio Lis é conhecida a nível nacional pela poluição e, portanto, é natural que as intervenções dos senhores deputados toquem nesse assunto e, portanto, é compreensível que este assunto pela sua duração e pela sua dificuldade em ser ultrapassado que esteja expresso nas vossas intervenções. No entanto, gostaria de dizer o seguinte sobre este plano que tem características estratégicas importantes para aquilo que é o desenvolvimento daquilo que é a recuperação da natureza e do ambiente natural de algo que é tão precioso que são os nossos rios. Esse é um trabalho que também obriga a muita pedagogia, a muita cultura e a muita educação porque aquilo que assisti no trabalho de recuperação da ribeira dos Milagres é algo que me preocupa como cidadão, quando se retira 4 toneladas de pneus de um pequeno curso de um rio, neste caso de uma ribeira, é algo que me preocupa e não foram os suinicultores só, não foram só os desgraçados dessa atividade, não é? que às vezes é martirizada. Quando se retiram 11 toneladas de resíduos de construção, em princípio pequenas construções e se deitam nos rios ou nas florestas ou nos pinhais, isto é um problema cultural e é um problema de educação e, portanto, não podemos estar sempre a atirar as culpas sempre só por um lado, há algo grave que ainda falta ultrapassar, acho que as gerações futuras não vão ter este tipo de comportamento das gerações que são das nossas idades que estão aqui que são os mais adultos e quando tanto se critica às vezes a juventude atual, esta geração, de facto, estou convencido que não vai, que não vai ter um comportamento tão mau como o das atuais gerações anteriores no que diz respeito à área do Ambiente, por isso, os rios são muito importantes, representam uma riqueza decisiva para o ecossistema e para a natureza, tem que se trabalhar muito na recuperação dos rios, são investimentos colossais. Começámos pela frente ribeirinha de Leiria e quando digo começámos não foi esta Câmara, foi Leiria com um projeto inovador, possivelmente pode ter sido um dos melhores investimentos públicos realizados em Leiria nos últimos, nas últimas décadas, que foi a reabilitação do Lis através do programa Polis e devolvemos a cidade ao rio. Depois tem vindo a existir investimentos e, de facto, devolveu-se porque é o sítio de maior passagem de pessoas em termos de atividade física, de lazer e foi um sucesso, é dos maiores sucessos que o Leiria tem em termos de investimento e que, e que deve merecer extensão porque o Polis devia-se estender à nascente e devia-se estender até à foz, são investimentos loucos, loucos, não é só arranjar as margens, é plantar árvores, é ripar as margens, é fazer pontes, pontes pedonais, cada ponte obriga a ter licenças assustadoras e, portanto, é um investimento muito grande. Começámos no sítio onde há

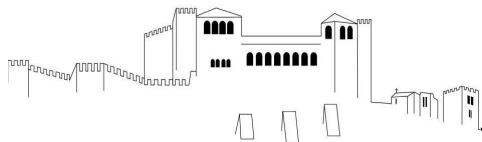


mais pessoas, que é a cidade, e havemos de estender o rio, que tem uma extensão de perto de 40 quilómetros entre as cortes e a foz, mas depois não nos podemos esquecer de todos os braços que esse rio tem que se encaminham para as Colmeias, para a Carreira, Monte Redondo, Caranguejeira que é todas essas pequenas ribeiras que se vêm encaminhar pelas encostas até encaixar neste rio que é o nosso, o nosso rio Lis sabendo que o rio Lis tem uma bacia que ultrapassa o concelho de Leiria porque mesmo quando se fala em poluição e o rio embora nasça nas Cortes alguma da poluição, uma vez que é do maciço calcário, até vem de algares que podem estar em concelhos vizinhos, portanto, possivelmente haverá também um trabalho a fazer e tem que existir sempre um trabalho de, de uma amplitude e de uma grandeza geográfica muito grande. No caso particular deste estudo reforça a importância dos circuitos de água, o campo da bacia e, de facto, no outro dia eu tive a oportunidade de visitar na Freguesia, na União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa, uma coisa notável de como as engenharias do passado olhavam para o rio e para os circuitos de água como importantes para a agricultura e a quantidade de diques que foram investimentos brutais feitos, que têm mais de 60 anos de existência, planeados com detalhe, financiados com a ajuda do povo e que são autênticas peças de arqueologia agrícola e hidráulica, uma coisa extraordinária de onde já resultaram teses de doutoramento. Isto só para dizer que de todo a bacia há o rio principal que é o Lis, mas depois temos que olhar para todos os seus braços e também esses merecem intervenções. Temos colaborado com a limpeza de alguns desses circuitos, estamos a dinamizar os percursos pedestres junto ao rio não só porque são os espaços bonitos, mas à medida que os vamos utilizando vamos criando cultura e vigilância desses espaços e arranjando as margens, são muitos os circuitos pedestres que temos no concelho que intervimos, estou-me a lembrar de Amor, estou-me a lembrar no Souto da Carpalhosa, estou-me a lembrar de outros tantos onde temos feito esse trabalho, mas o trabalho que foi feito na ribeira dos Milagres para nós é um exemplo, não é? De como uma ribeira foi limpa, regularizada alguns dos seus circuitos para estabilizar margens, fazer plantações consoante diz neste estudo que são boas práticas, não é? Há técnicas para tudo, há pessoas que estudam isto e, portanto, estes documentos são importantes para a definição daquilo que são as nossas empreitadas, não é? Para plantar o que está correto e, portanto, aproveitamos muito este plano para de uma maneira faseada e com prioridades definidas, estamos a falar de investimentos elevados de empresas especializadas, não é só por uma máquina que às vezes pensa, ah limpeza de ribeiras, não é só por uma máquina como uma giratória no meio do rio a tirar, a tirar os resíduos que são lá colocados pelo ser humano. Há muito trabalho que é feito de recuperação de natureza que é muito decisivo neste tipo de intervenções e que passa por eliminação de infestantes, por plantação, por colocação de



pedras, por colocação de espécies que permitem fixar as margens. Por fim, dizer que este é um plano muito importante para nós, tão importante em termos de investimento que terá que ser feito com candidaturas também. Infelizmente muito deste investimento é feito só com recurso ao orçamento do Município, sem qualquer tipo de apoio comunitário ou do Orçamento de Estado e é por isso que é mais difícil fazê-lo com mais rapidez, mas acho que é um caminho que tem que se fazer seguindo este, estas indicações que estão aqui, que são muito importantes e estou convencido que com a evolução daquilo que são as tendências do tratamento ambiental e também com este investimento que iremos ter uma bacia mais, mais de acordo com aquilo que são as nossas ambições e necessidades, mas precisamos que não sejam também os leirienses a poluir aquilo que é seu e esse é um trabalho nosso de sensibilizar toda esta comunidade seja ela económica, seja ela juvenil, seja ela das mais diversas áreas a respeitar mais os circuitos de água.

Dizer o seguinte, para não fugir à questão da poluição provocada pelas suiniculturas, bem, ao longo dos rios e ao longo do nosso rio desenvolveram-se muitas atividades, uma parte importante delas são económicas, basta ver que a partir do momento em que o rio passa a cidade de Leiria entra num ambiente de um perímetro de rega que é fantástico ainda muito por explorar, não é? Embora a gente tenha tanta coisa para fazer, umas dedicam-se mais à indústria, mas aquele perímetro de rega tem um grande potencial e a agricultura será uma atividade económica do futuro, portanto, estou convencido que agricultura de excelência e de alto valor irá chegar às margens do rio Lis naquilo que é o perímetro de rega mas, ao longo dos anos muitas atividades agrícolas foram desenvolvidas no concelho, algumas delas as suiniculturas que se fixaram não propriamente no rio Lis, mas nas ribeiras que depois iriam dar ao rio Lis e, portanto, alguma da poluição é atribuída às atividades suinícolas. Eu, ao contrário daquilo que foi dito pelo Bloco de Esquerda, acredito que as soluções futuras, tendo em conta aquilo que a gente lê e que tem visto noutros países, a solução não é fazer o tratamento é fazer a valorização do efluente não só do ponto de vista energético, mas também do ponto de vista de valorização agrícola produzindo adubo, é isso que temos estudado, é essa a nossa estratégia, é isso que temos trabalhado regularmente para encontrar empresas nesta área, não é fácil porque é algo que é ainda embrionário em Portugal, está muito mais desenvolvido em França e Espanha onde temos visitado casos, já expliquei aqui o nosso objetivo que é trazer esse investimento para cá, já temos uma empresa, temos que a tentar apoiar na sua legalização e na sua implantação que já tem apoio comunitário, temos uma outra espanhola interessada em vir, dentro de pouco tempo iremos anunciá-la, portanto, esse trabalho está a ser feito, resolve todos os problemas da suinicultura? Poderá não resolver, mas iremos estar muito melhor do que aquilo que estávamos há 2 anos e meio antes de chegarmos à Câmara e depois de ter



*assumido isso como prioridade para o Município. Claro, é um esforço e há aqui um risco de não, não aparecerem essas empresas, não conseguirem desenvolver os seus negócios a tempo, mas a nossa estratégia é esta e está inscrita no programa que é a criação do ambiente **(gravação impercetível)** um cluster de valorização da economia circular relativamente às indústrias agroindustriais porque não é só os suinicultores que precisam de tratar os efluentes, já visitei várias vacarias, felizmente para fazer o biometano, que é a solução a intensificar, eles vão precisar de muita porcaria, não é? E não é só dos porcos, eles têm que ter também das vacas, também temos cá, temos cá, temos galinhas, temos vacas, de facto, ainda há pouco estava num encontro de empresários, não é só na indústria que somos fortes, ao longo dos anos o nosso empresário, às vezes no negócio familiar, montava mais do que um negócio, umas vezes era uma pequena pecuária, a seguir estava nas atividades agrícolas, a seguir meteu-se na indústria, a seguir fez uma fábrica de rações, a seguir já estava nas galinhas, depois já estava e depois, abriu um restaurante de leitão tão apreciado ali pelo senhor deputado quando vem para as reuniões da Assembleia Municipal de vez em quando e, portanto, esta é a dinâmica de quem conhece Leiria e dos empresários de Leiria e que isso foi feito com bastante sacrifício ambiental e que agora temos que o recuperar, sobre isso não há a mínima dúvida e na balança entre a economia e o ambiente, o ambiente vai precisar da nossa ajuda para recuperar aquilo que foram anos de tendência de desenvolvimento económico onde estes impactos negativos surgiram no ambiente. Muito obrigado.”*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

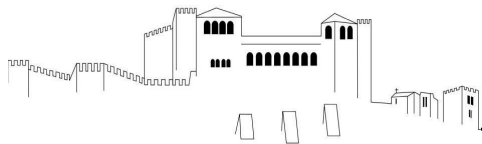
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** o **Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA) Leiria**.

Ponto 4 - Relatório anual de atividades 2022 da CPCJ de Leiria de acordo com o estipulado na alínea h) do nº 2 do art.º 18º da LPCJP - Para conhecimento;

Intervenção da senhora deputada **Eugénia Costa – PSD**

Transcrição:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que em seu nome cumprimente todos os elementos presentes, senhor presidente da Câmara, vereadores, presidentes de juntas de freguesia, estimados Deputados, toda a equipa de apoio técnico, tradutores em língua gestual, comunicação social, aos que nos acompanham à distância, a todos muito boa noite.



Enquanto elemento da comissão alargada da CPCJ eleita por esta digníssima Assembleia, conjuntamente com a deputada Alexandra Serôdio, consideramos necessário reforçar a temática social do relatório anual desta Comissão de Proteção a Crianças e Jovens.

Apesar do «sistema-interventor» ser composto por um conjunto de organizações e instituições que prestam serviços sociais de proximidade e relacionais, os relatos de situações de violência doméstica tem aumentado em Leiria, o que se manifesta neste relatório de 2022 da CPCJ, sendo assinalado como a problemática mais sinalizada e que originou a instauração de mais processos em todas as faixas etárias dos 0 aos 18 anos, originando e mantendo ativos mais de 300 casos de problemática social.

Neste contexto e inevitavelmente, como consequências, seguem-se-lhes a Falta de supervisão e acompanhamento familiar, bem como o Absentismo escolar, o que nos remete para uma reflexão de âmbito Concelhio sobre as medidas a promover pelas Entidades de Primeira Linha, numa perspetiva preventiva.

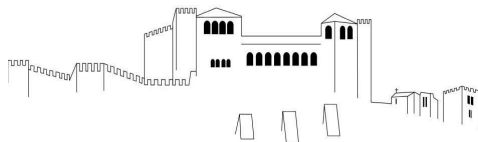
É então, urgente aumentar o investimento ao nível da Prevenção, dinamizando programas e projetos que respondam às necessidades identificadas ao nível da infância e juventude numa perspetiva mais sistémica, abrangendo a questão das competências parentais e do trabalho em parceria que permita, numa visão macro, evitar situações complexas com manifestação recorrente e, numa visão micro intervir de forma intensiva nas situações a decorrer, de forma a evitar que as mesmas se prolonguem no tempo ou em reaberturas processuais. Intervenha-se ao nível da promoção de competências e da saúde mental parental. Há muita incapacidade dos pais perante os novos desafios que não-financeiros. Não basta a atribuição de subsídios para satisfação de necessidades imediatas, é preciso ir mais além.

Ao nível da atuação no terreno, tem que haver mais técnicos com formação adequada e com parcerias ajustadas que atuem junto das famílias e os procedimentos burocráticos não podem continuar a pautar-se pela morosidade.

O Estado português tem produzido legislação no sentido de aplacar a violência doméstica, mas os planos de ação não têm correspondido aos efeitos expectáveis e as consequências são a permanência de situações de violação grosseira e por vezes trágica, dos direitos humanos mais elementares.

É imprescindível a promoção de um grande envolvimento através de uma lógica de governação esclarecida, levando todos os envolvidos e em particular os cidadãos a acreditar na mudança e nos efeitos da legislação.

Abril é o mês em que se promove a sensibilização da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, pelo que os intervenientes nesta Assembleia Municipal receberam um simbólico laço azul, cooperando no apelo a uma maior atenção para esta problemática social.



Também pela cidade de Leiria serão afixados alguns laços azuis, o castelo será iluminado com luz azul, haverá uma caminhada coorganizada pelo município, apelando-se para uma maior consciência cívica de todos os munícipes para a proteção e boa formação das nossas crianças e jovens.

Em nome da comissão alargada da CJCJ de Leiria, convido-vos a ver a estreia de um pequeno filme da autoria especial da Guarda Nacional Republicana de Leiria e que irá ser divulgado nas redes sociais.”

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 5 - Aprovação do saldo de gerência de 2022 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2023, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2022 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Obrigado, senhor Presidente.

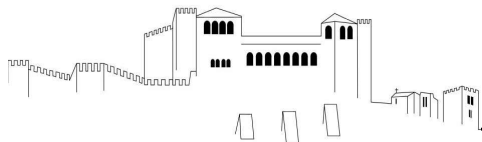
Portanto, é uma intervenção no orçamento resultando então do apuramento do saldo de gerência, neste caso no valor no valor aproximado de 233 mil euros e que no fundo vem assim aumentar com esta introdução quer a parte da receita com o reforço de rubricas da despesa, conforme constam nos documentos. Eventualmente estarei disponível para alguns esclarecimentos que queiram colocar. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Muito boa noite, Joana Cartaxo, PCP.

A Câmara, por proposta da gestão do Teatro José Lúcio da Silva, quer que a Assembleia aprove o saldo de gerência de 2022 e a sua aplicação no orçamento de 2023 destinado a entregar ao Município e a terceiros por resultarem receitas não pertencentes ao teatro. Desde já reafirmamos que discordamos deste modelo gestor, de legalidade questionável e sobretudo não transparente, em 2º lugar, não é aceitável que as receitas de terceiros que são cobradas ao longo do tempo sejam transferidas apenas no ano económico seguinte em vez de serem transferidas regularmente ao longo do ano. Depois, é no mínimo estranho, suscitando até dúvidas, que todo o saldo de gerência seja composto por aquilo que chamam de receitas não pertencentes ao teatro. Finalmente e mais intrigante ainda, nos mapas apresentados o valor de 233.010,85 cêntimos é considerado saldo de gerência de execução orçamental, por isso do próprio teatro. O saldo das receitas não pertencentes ao teatro é saldo de operações de tesouraria e esse é apenas de 2400



euros, portanto, uma enorme trapalhada que a maioria do PS precisa de esclarecer. Como nada está bem, nós vamos votar contra. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Acácio de Sousa, PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados, cidadãos munícipes, presentes e online.

Senhora deputada, isto tem uma explicação muito, muito simples. O teatro arrecada receitas ou gere receitas temporariamente que não são do teatro, são da Câmara. O teatro usa os seus serviços e tem sido já discutido todos os anos, usa os seus serviços, a sua estrutura de recursos humanos e a sua, digamos, a sua orgânica de gestão para cobrar algumas receitas de eventos que acontecem na cidade e que não são receitas do teatro, são receitas da Câmara. O teatro é, digamos assim, um fiel depositário temporário, é só isso, como também há outra, outra devolução de dinheiros no caso de espetáculos que são, que a receita é feita por percentagem e, portanto, há uma percentagem cobrada, mas o resto da receita é entregue aos patrocinadores do próprio espetáculo, portanto, isto é a razão porque realmente são estas receitas chamadas, deixe cá ver se agora não me engano, receitas não pertencentes ao teatro e, portanto, que, de facto, não são, é só isto. Depois o senhor Presidente explicará melhor.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu nada ter a acrescentar.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria**, com **36 votos a favor** (32-PS, 3-PSD, 1-CHEGA), **12 votos contra** (9-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-IL) e **2 abstenções** (1-CHEGA, 1-CDS-PP) a **Aprovação do saldo de gerência de 2022 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2023, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2022.**

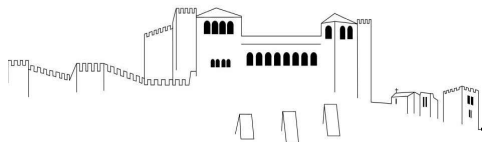
Ponto 6 - Isenção taxas Feira Levante de Leiria - abril e maio 2023 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Consiste na isenção das taxas da feira de levante de Leiria durante os meses de abril e maio. Como é habitual, neste período decorre a montagem e também a atividade da feira



de Leiria e nesse aspeto a feira de levante vê a sua atividade prejudicada no local habitual, é transferida para o estacionamento da piscina que reduz a área de implantação e, portanto, como compensar essa, essa mudança habitualmente, ou nos últimos anos, temos isentado as taxas aos operadores do mercado do levante em virtude desta deslocalização.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** a **Isenção taxas Feira Levante de Leiria - abril e maio 2023**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

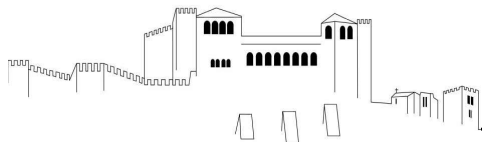
"Boa noite. Só para dizer que, naturalmente, votámos a favor desta isenção em jeito de compensação àqueles comerciantes, mas à semelhança das declarações de interesse público que ainda há pouco votámos também este assunto tem vindo variadíssimas vezes a esta Assembleia, ora por causa da realização disto, ora por causa da realização daquilo. Mais uma vez estamos no campo dos remendos que aplaudimos por ser da mais elementar justiça, mas não deixam de ser isso mesmo, remendos e não soluções porque quando estamos sucessivamente a resolver o mesmo problema temos de pensar que, se calhar, não estamos a resolver mas apenas a remendá-lo ou a empurra-lo com a barriga e esta questão da Feira do Levante precisa de uma solução, de uma solução, até tendo em conta os planos para o novo terminal rodoviário de Leiria, central coordenadora de transportes de Leiria que muito provavelmente irá definitivamente obstar à realização desta feira naquele parque de estacionamento das piscinas e, portanto, mais cedo do que mais tarde, esperamos, precisa de uma solução definitiva. Muito obrigado.”

Ponto 7 - Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2023 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Portanto, estamos a pedir autorização então à Assembleia que aprove a impressão de 1350 vouchers turísticos, que, para entrada nos nossos espaços culturais, de modo a que estes vouchers possam ser utilizados em ações de marketing e fidelização e atração de turistas em Leiria, portanto, trabalhando também com a hotelaria, com órgãos de comunicação social e outros agentes promotores, portanto, são, é uma maneira de criar aqui um ambiente também de promoção dos nossos espaços culturais usando esses vouchers para premiar nas mais diversas situações ou para estratégias de marketing.”



O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** o ponto **Vouchers Turísticos e de Ofertas de Leiria para 2023**.

Ponto 8 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes à Freguesia Caranguejeira - Apreciação, discussão e votação.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente. Portanto, é um apoio também que é habitual em virtude do campo de futebol da Caranguejeira ser propriedade da Junta de Freguesia representando um encargo suplementar na sua manutenção do respetivo relvado, portanto, ao longo dos anos temos dado este apoio evitando que ele se transforme em sintético, portanto, acaba por ser uma riqueza ainda quase exclusiva ter campos relvados, mas tem este custo e, por isso, para não prejudicar aquilo que é o orçamento da Junta nesta área, uma vez que este equipamento está ao serviço do desporto dos clubes desportivos da Freguesia atribuímos este apoio anual habitualmente. Obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade**, com a ausência da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira, o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para despesas correntes à Freguesia Caranguejeira**.

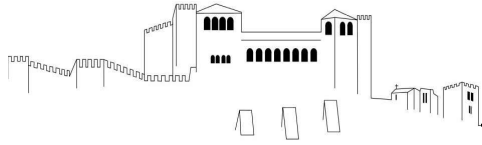
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou a todos as comemorações do 25 de Abril apelando à presença de todos. Aproveitou para felicitar a senhora deputada M^a Alexandra Serôdio pelo seu aniversário.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação os pontos 1 a 8 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado **por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **00h00** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º



do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 21 de junho de 2024, deliberou **por maioria, com 1 abstenção, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

Assinado por: **ANTÓNIO LACERDA SALES**
Num. de Identificação: BI04380879
Data: 2024.08.08 13.36.05 GMT Daylight time



A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente
